

PROPOSTA

N.º 169/2008

Considerando que:

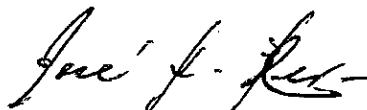
- o regime de gestão financeira a que estão sujeitos os Municípios é o definido pelo Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais.
- de acordo com o regime disposto é obrigatório a apresentação dos documentos de prestação de contas.
- o Relatório de Gestão constitui parte integrante dessa prestação de contas, devendo as contas do Município ser apreciadas pelo respectivo órgão deliberativo, reunido em sessão de Abril do ano seguinte àquele a que respeitam.

Tenho a honra de propor

que a Câmara delibere em conformidade com o disposto na alínea c) do n.º 2 do artº 53 da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterado pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, a aprovação do Relatório de Gestão referente ao exercício de 2007.

Loures, 31 de Março de 2008

O Presidente em Exercício



José Augusto Borges Neves, Dr



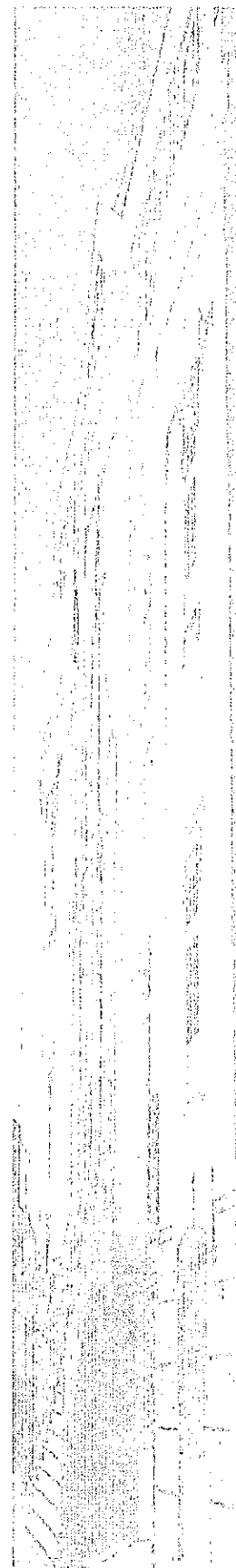
Relatório de Gestão 2001

Voluntas

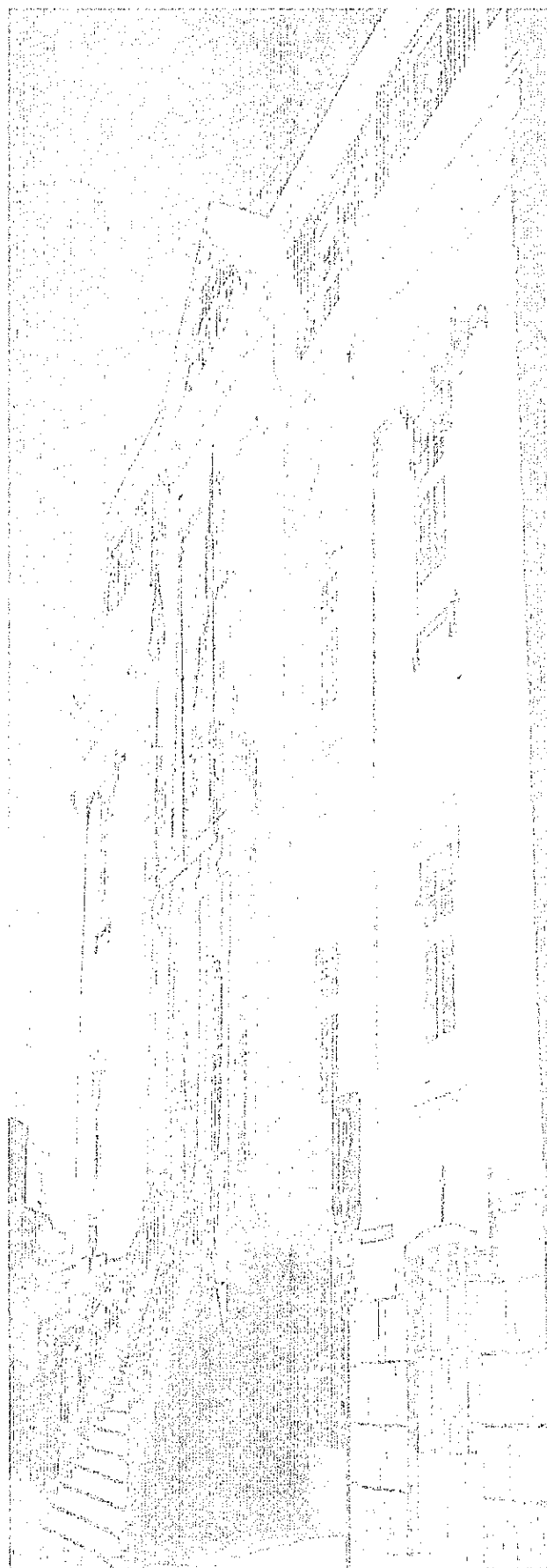
Índice

Volume I

Preâmbulo	2
Apresentação geral e metodologia	6
Gestão de meios humanos	8
Aplicação do resultado líquido do exercício de 2007	20
Execução orçamental	22
Análise económica e financeira	39
Contabilidade de custos	47



Preâmbulo



Este Relatório de Gestão visa a análise da situação económico-financeira e orçamental da Câmara Municipal, bem como a prestação de contas, relativamente ao exercício de 2007, tendo sido elaborado nos termos legais estabelecidos no POCAL-Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais e na Lei das Finanças Locais.

As receitas em 2007 totalizaram 119,8 milhões de euros, o que traduz um acréscimo de 28,7% em relação a 2006. Os impostos directos representam, 49,2% do total das receitas. As transferências do orçamento de Estado (FEF, FSM e participação no IRS) representam 16,4% do total das receitas, tendo aumentado 1% em relação a 2006

As despesas totalizaram 111,6 milhões de euros, apresentando uma variação de mais 8,9% em relação ao ano transacto. A aquisição de bens e serviços representam 26,2% do total da despesa. Os investimentos representam 21,2% do total da despesa, ou seja, 39,6% do total das GOP's.

As transferências para as freguesias correspondem a 8,6% das despesas.

A poupança estrutural atingiu 59,7 milhões de euros, ou seja, mais 56,8% que em 2006. A dívida bancária diminuiu 8,7 milhões de euros, totalizando em 31 de Dezembro de 2007, 50,9 milhões de euros.

A execução das Grandes Opções do Plano em 2007 foi de 75,9% e do PPI – Plano Plurianual de Investimento foi de 62%. No geral, as GOP's tiveram um aumento, relativamente ao ano de 2006, de 12,8%.

Na Lei n.º2/2007, de 15 de Janeiro (Lei das Finanças Locais) e no artigo 33º da Lei n.º 53-A/2006, de 29 de Dezembro, que aprovou o Orçamento de Estado para 2007, são estabelecidas novas regras para o cálculo do endividamento líquido. Todavia, este novo método veio beneficiar o Município de Loures, que, neste momento, se encontra nos limites estipulados por lei.

Através da demonstração de resultados, verifica-se uma consolidação dos resultados operacionais, que apresenta um valor de 34,4 milhões de euros. Os custos operacionais crescem apenas 5,6%, enquanto os proveitos operacionais crescem 30,4%.

Da análise ao balanço, constata-se que as dívidas a terceiros em 2006 eram de 93,1 milhões de euros, quando em 2007 são de 75,5 milhões de euros, o que representa uma redução de 18,9%. Este decréscimo deve-se, sobretudo, pelas dívidas a terceiros a médio e longo prazo (empréstimos obtidos) e fornecedores, onde a Simtejo detêm um peso significativo.

Nas dívidas de terceiros, verifica-se a mesma tendência, ou seja, em 2006 eram de 28,4 milhões de euros, quando em 2007 são de apenas 20,5 milhões de euros, significando, portanto, um decréscimo de 27,8%. Este decréscimo resulta da Administração Autárquica a Médio e Longo Prazo/Empréstimos/SMAS.

Foi neste quadro de evolução económico-financeira que a actuação da Câmara Municipal continuou a desenvolver-se em 2007, na prossecução dos objectivos assumidos para o desenvolvimento do concelho, procurando, por um lado, a optimização dos recursos disponíveis, mas tendo sempre presente e em primeira linha, por outro, a satisfação das principais necessidades sociais, de infra-estruturas e de equipamentos básicos do concelho e, assim, a melhoria de qualidade de vida das suas populações.

Apesar, portanto, do contexto de constrangimentos económico-financeiros, que caracteriza, aliás, a situação geral do País, foi possível desenvolver importantes acções e medidas, nomeadamente, nos campos da modernização das infra-estruturas e equipamentos sociais, na melhoria das condições de acessibilidade e mobilidade, na qualificação habitacional, ambiental e urbanística, na requalificação do espaço público e no

reforço das estruturas e meios de segurança e protecção civil do concelho. De igual modo, se desenvolveram importantes projectos na área da solidariedade social, a favor, em especial, das famílias e cidadãos mais fragilizados, dos imigrantes e dos idosos, bem como na área da acção social escolar e da melhoria das condições de funcionamento das escolas e na da promoção e educação para a saúde e prevenção da doença. Também se destacam importantes acções levados a cabo nas áreas de apoio às actividades económicas e de continuidade da política de preservação, valorização e divulgação do património cultural do concelho. Foi também relevante o esforço dispendido na modernização e simplificação administrativa, quer nas relações internas, quer nas relações externas do Município, bem como na promoção da melhoria de condições de trabalho e da gestão dos seus recursos humanos.

Neste ensejo, quero reiterar um reconhecimento especial à Assembleia Municipal e ao seu Presidente, pela forma como têm assegurado o relacionamento institucional com o Executivo a que presido, bem como a todos os Vereadores eleitos, sem excepção, pelo contributo que deram para a salvaguarda dos superiores interesses do Município e das populações que nos elegeram.

Também para os Senhores Presidentes de Juntas de Freguesia, os meus sinceros agradecimentos pela sua disponibilidade permanente para a concretização dos objectivos traçados pelo Executivo Municipal, nas sua áreas de actuação.

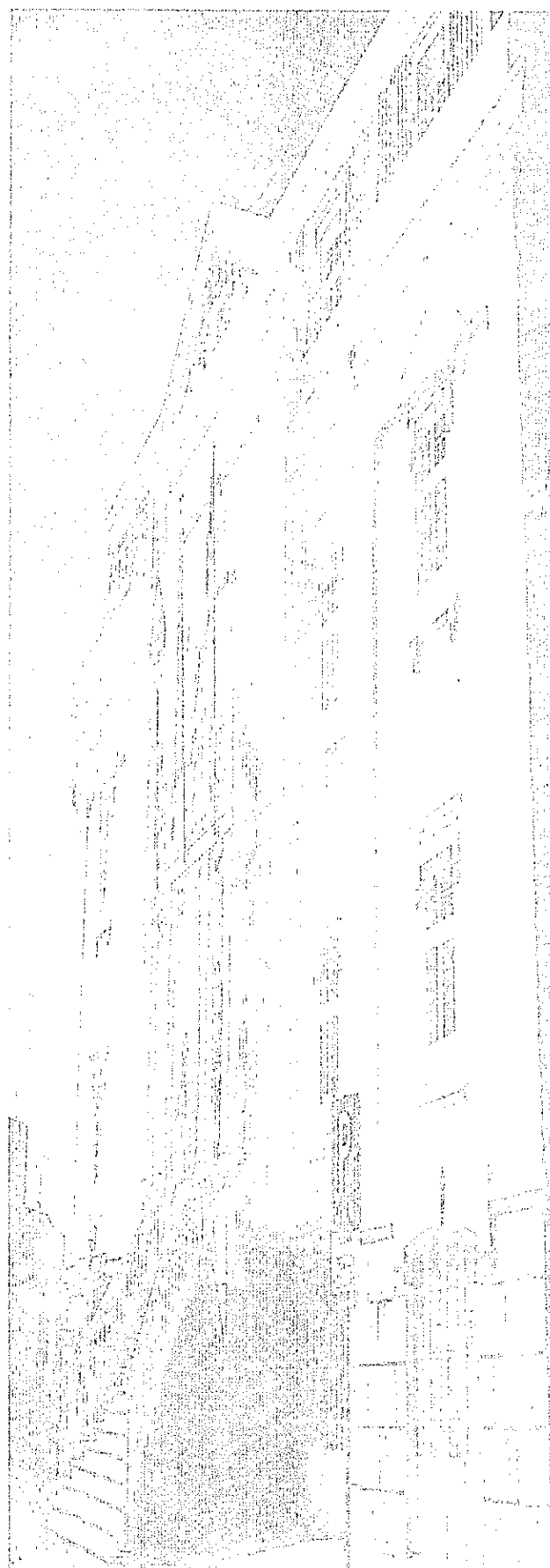
Aos trabalhadores do Município, quero também relevar a sua dedicação e zelo profissionais no desempenho das suas funções.

Loures, 31 de Março de 2008

O Presidente da Câmara

Carlos Teixeira, Engº

Apresentação Geral e Metodologia



APRESENTAÇÃO GERAL E METODOLOGIA

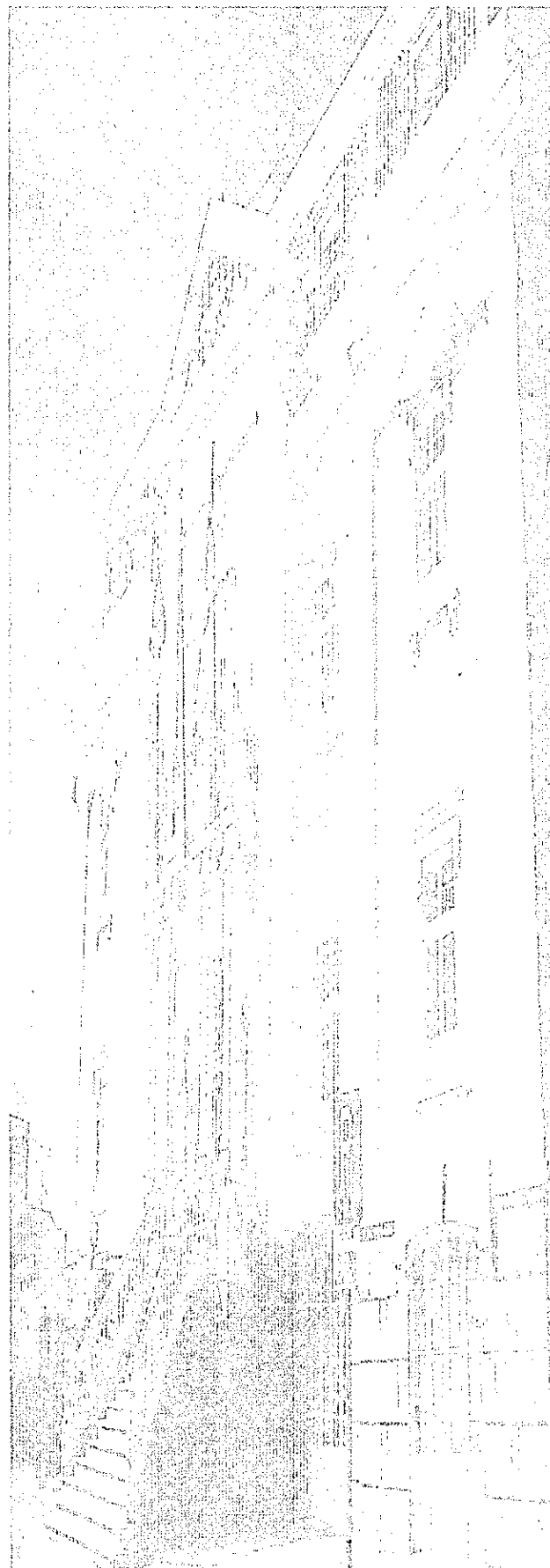
Este relatório foi elaborado de acordo com as normas estabelecidas pelo ponto 13 do POCAL, publicado no Decreto-Lei nº. 54-A/99, de 22 de Fevereiro. Neste pressuposto, analisa-se a situação da Câmara Municipal de Loures no final de 2007, nas vertentes económica e financeira.

Dos conteúdos tratados destacamos os dados relativos à execução orçamental, através dos quais são disponibilizadas informações detalhadas sobre a execução das receitas e despesas previstas no Orçamento de 2007, com relevância especial para a execução das Grandes Opções do Plano.

Na metodologia utilizada foram elaborados quadros, rácios, indicadores e gráficos que evidenciam os dados indicados em cada capítulo. Para um melhor enquadramento e comparação das variáveis mais significativas da gestão municipal são apresentados também elementos relativos à execução dos anos anteriores.

Finalmente descrevem-se, no âmbito das Grandes Opções do Plano, as actividades mais relevantes, levadas a cabo pelo Município de Loures em 2007 e, dificilmente, perceptíveis pela simples análise das informações financeiras.

GESTÃO DE MEIOS HUMANOS



GESTÃO DE MEIOS HUMANOS

Efectivos da CML a 31 de Dezembro de 2007

A actividade desenvolvida incidu sobre um universo de 1667 trabalhadores, dos quais 1389 são funcionários e agentes, 118 são contratados a termo certo e 142 são prestadores de serviços, 13 requisições e 5 estagiários.

Efectivos da CML (2005 a 2007)

	2007	2006	2005
Quadro	1367	1365	1375
Contratos Administr. de Provimento	22	47	59
Contratos a Termo Certo	118	107	117
Prestação de Serviços	142	131	159
Requisições	13	13	13
Outras situações (estagiários)	5	0	0
Total	1667	1663	1723

Recrutamento e Selecção

Durante o ano foram desenvolvidos 59 processos concursos, dos quais 35 foram abertos em 2007 e 24 transitaram de anos anteriores.

Os concursos abertos em 2007 estão distribuídos do seguinte modo:

- 19 Concursos externos de ingresso;
- 12 Concursos de acesso geral;
- 5 Procedimentos concursais para pessoal dirigente;
- 1 Procedimento concursal para contratação a termo resolutivo;

Análise do desempenho.

A duração de média (meses) dos concursos concluídos até o final do ano tem a seguinte expressão:

Ingresso (externo / interno) – não houve concursos abertos e concluídos em 2007.

Acesso – duração média é de 8,75 meses.

Contratação a termo resolutivo – 3,24 meses.

Taxa de realização (relação de número total de processos decorridos e concluídos no ano): 58% face os 50% esperados.

Durante o 2007 foram editados 137 publicações no Diário da República, das quais 3 (2,19%) são publicações de rectificação.

Gestão dos efectivos

Admissão para Câmara Municipal de Loures

	H	M	Total
Directamente para Quadro de Pessoal (QP)	1	3	4
Mudaram de vínculo (contrato a termo resolutivo ou prestação de serviço ou tarefa para QP)	0	4	4
Contratos Administrativos de Provimento	0	0	0
Mudaram de vínculo (contrato a termo resolutivo ou prestação de serviço para C.A.P.)	0	0	0
Total			8

Mobilidade Externa

Requisições

Requisições e transferências

Durante o ano 2007, foram desenvolvidos 64 processos de mobilidade externa:

Requisições – 12, dos quais deferidos 8 e indeferidos 4.

Transferências – 52, dos quais deferidos 7 e indeferidos 45.

As mobilidades externas têm a seguinte expressão segundo a carreira:

Grupo Profissional	Tipo de mobilidade externa	Do exterior para a CML		Da CML para exterior	
		H	M	H	M
Técnico Superior	Transferência (Permuta)	1	-	-	1
Técnico Profissional	Transferência	2	1	-	-
Administrativo	Transferência	-	-	-	1
Pessoal Operário	Transferência	-	-	1	-
Técnico Superior	Requisição	1	1	1	1
Técnico Profissional	Requisição	1	-	-	1
Administrativo	Requisição	-	1	-	1
Total		5	3	2	5

* Desfalecimento

Foram prorrogadas:

16 Requisições (do exterior para a CML – 4, da CML para o exterior -12)

Foi realizada 1 cedência especial.

Terminaram Requisição 4 funcionários:

Do exterior para a CML – 3,

Da CML para o exterior – 1.

Mobilidade Interna

No decorrer de ano foram desenvolvidos 12 concursos de Mobilidade Interna, dos quais

foram concretizados 5, 5 ficaram desertos e 2 transitaram para o ano de 2008.

Por iniciativa dos serviços, mudaram de unidade orgânica 15 trabalhadores (8 homens e 7 mulheres).

Resultantes da reorganização, mudaram de unidade orgânica / área, embora dentro do mesmo departamento 106 trabalhadores (84 homens e 22 mulheres).

Foram recepcionados 16 pedidos da mobilidade interna. Assim, por iniciativa dos trabalhadores, mudaram de local de trabalho 10 funcionários (8 mulheres e 2 homens), embora 1 destes continuasse afecto a unidade orgânica do mesmo departamento, e foram indeferidos 6 pedidos.

Reclassificação profissional

Durante o ano de 2007, foram deferidos 27 pedidos de reclassificação e 22 indeferidos.

A duração média dos 11 processos de reclassificação iniciados e concluídos em 2007 é de 4,98 meses.

Os processos concluídos têm a seguinte expressão:

		Total
Reclassificação	H	8
	M	19

Classificação de Serviço

SIADAP

O processo de avaliação de desempenho de 2006 que abrangeu 1264 avaliados ordinariamente e extraordinariamente do total 7 dos trabalhadores do Município.

De acordo com os dados de controlo do cumprimento da calendarização do processo de avaliação de desempenho, é na fase de homologação das avaliações validadas pelo CCA que ocorreram maiores atrasos por deficiente preenchimento das fichas de avaliação.

Até ao final do ano de 2007, 15,2 % das fichas de avaliação não foram arquivados nos respectivos processos individuais.

Os dados globais da avaliação de desempenho de 2006, foram remetidos para o DGAL nos termos do Artigo 6º do Decreto Regulamentar n.º 6/2006 de 20 de Junho, tendo a distribuição segundo ao grupo profissional das menções de avaliação de desempenho ordinária seguinte:

GP	Excele nte	Muito bom	Bom	Necessita de		Total Geral
				desenvol.	Insuficiente	
TEC.SUP.	12	47	166	5	0	230
TECNICO	2	3	29		0	34
Sub-total:	14	50	195	5	0	264
ADMIN.	6	39	182	16	1	244
TEC.PROF.	7	39	172	7	0	225
Sub-total:	13	78	354	23	1	469
OPERÁRIO	7	25	122	26	0	180
Sub-total:	7	25	122	26	0	180
AUX.	9	43	268	34	5	359
Sub-total:	9	43	268	34	5	359

O suporte informático de apoio aos avaliadores e de registo das avaliações, o "SIRA 2007", foi melhorado de forma adequada à confidencialidade dos dados e implementado o processo de monitorização, sendo autorizada a sua utilização pela Comissão Nacional de Protecção de Dados.

Pedidos de emprego

Durante o ano de 2007 foram recepcionados e respondidos 466 pedidos de emprego, dos quais 2 pedidos das entidades de ensino superior.

ÁREA DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Relativamente à Formação Interna, foi organizado, desenvolvido e preparado pela Área de Formação Profissional um Plano de Formação que resultou na execução de 1 curso de formação inicial e 98 cursos de formação contínua. Destes, 10 cursos foram da responsabilidade pedagógica e financeira do CEFA.

Fora do âmbito do Plano de Formação, foram ainda organizados pela Área de Formação Profissional e realizados na Autarquia:

- 9 cursos de preparação para provas de concursos, da responsabilidade pedagógica e financeira da Autarquia;
- 1 curso sobre Corel Draw da responsabilidade pedagógica e financeira da Avalforma;
- 2 cursos sobre Cultura Cigana da responsabilidade pedagógica e financeira do Secretariado Diocesano de Lisboa da Obra Nacional da Pastoral dos Ciganos;

- 6 cursos sobre Meios de Extinção de Primeira Intervenção da responsabilidade pedagógica da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Loures;
- 6 cursos e 6 seminários, no âmbito do SIADAP, da responsabilidade pedagógica e financeira do CEFA;
- 1 seminário sobre Sistema de Certificação Energética (SCE) da responsabilidade pedagógica da ADENE – Agência para a Energia.

Foram também organizados 2 cursos no âmbito do Programa Ocupação de Tempos Livres (OTL), cujos destinatários foram jovens munícipes.

Foi ainda tratado 1 processo de Renovação da Acreditação da Autarquia como entidade formadora para um período de 3 anos e 1 processo de Renovação da Homologação do Curso Formação Pedagógica Inicial de Formadores.

O investimento financeiro da Autarquia com a formação interna foi de 39.088,70 €.

Quanto à Formação Externa, foram tratadas 243 inscrições em cursos de formação profissional (Formação Informativa inclusive) de áreas temáticas diversas. Destas, 113 resultaram em participações efectivas.

O investimento financeiro da Autarquia com a formação externa foi de 2.447,62 €.

No final do 2º semestre, a AFP em colaboração com o CEFA e a Junta Metropolitana de Lisboa, promoveu 6 Seminários de Sensibilização para os trabalhadores abrangidos no processo de avaliação – SIADAP e contou com a participação de 150 técnicos superiores e técnicos; 205 técnicos profissionais e administrativo e 143 auxiliares e operários (total:498 trabalhadores).

Participação em acções de formação (número)

Tipo de Acção	Socio Dirigente	Técnico			Técnico			Técnico			Outros			TOTAL
		Superior	Interméd.	Prof.	Superior	Interméd.	Prof.	Operário	Auxiliar	grupos	Operário	Auxiliar	grupos	
Total	M	54	222	2	30	130	115	101	95	5	754			754
des	F	37	478	3	25	323	438	9	95	39	1447			1447
Participações	T	81	700	5	55	453	553	110	190	44	2201			2201
Acções	M	47	238	2	29	125	113	99	94	2	719			719
internas	F	33	420	3	21	308	428	9	95	39	1398			1398
	T	80	628	5	50	433	541	108	189	41	2075			2075
Acções	M	7	14	0	1	5	2	2	1	3	35			35
externas	F	4	58	0	4	15	10	0	0	0	81			81
	T	11	72	0	5	20	12	2	1	3	125			125

Contagem das acções de formação realizadas durante o ano

Tipo de Acção	Menos de 30 horas	de 30 a 59 horas	de 60 a 119 horas	com 120 horas ou mais	Total
TOTAL	193	18	2	0	213
internas	130	11	0	0	141
externas	63	7	2	0	72

Valor global gasto em formação durante o ano

	Valor
Acções Internas	39.088,70
Acções Externas	2.447,62
TOTAL	41.536,32

ESTÁGIOS PROFISSIONAIS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA LOCAL - 1ª EDIÇÃO DO PEPAL

O PEPAL – Programa de Estágios Profissionais na Administração Pública foi criado e regulamentado por lei ¹ e teve por base as orientações da Direcção Geral das Autarquias Locais.

Considerando que os estágios profissionais organizados no âmbito do PEPAL destinam-se a jovens com idade compreendida entre os 18 e os 30 anos, possuidores de licenciatura ou bacharelato (níveis de qualificação V e IV) ou habilitados com curso de qualificação profissional (nível III), recém-saídos dos sistemas de educação e formação à procura do primeiro emprego ou desempregados à procura de novo emprego ... prioridade no acesso ao PEPAL os jovens à procura de emprego que, nessa qualidade, se encontrem inscritos há mais de três meses nos centros de emprego, sendo da responsabilidade do candidato, informar a

- ¹ Decreto-lei n.º 326/99, de 18 de Agosto – Institui o Programa de Estágios Profissionais na Administração Pública;
- Decreto-lei n.º 94/2006, de 29 de Maio – Adapta à Administração Local o Programa de Estágios Profissionais na Administração Pública, instituindo o PEPAL;
- Portaria n.º 1211/2006, de 13 de Novembro – Regulamenta o PEPAL;
- Despacho conjunto n.º 410/2007, de 17 de Novembro de 2006 – Fixa o número máximo de estagiários (contingente geral) a recrutar na 1ª edição do PEPAL;
- Despacho n.º 404/2007, de 29 de Dezembro de 2006, distribui pelas diversas entidades o contingente geral

entidade onde se realiza o estágio, desta prioridade.

Duração do estágio: O estágio profissional na administração local tem a duração de 12 meses.

Recrutamento e selecção: A responsabilidade para o recrutamento e selecção dos candidatos foi da responsabilidade do Departamento de Recursos Humanos. Os candidatos admitidos foram sujeitos a métodos de selecção.

Contrato de formação em posto de trabalho: No início do estágio, foi celebrado com o estagiário um contrato de formação em posto de trabalho.

Financiamento: Os estágios profissionais na 1ª Edição do PEPAL são co-financiados pelo Fundo Social Europeu, através dos programas operacionais regionais do continente e participação nacional.

DESTRIBUIÇÃO DOS ESTÁGIOS NA CÂMARA

ESTÁGIOS	NÍVEL / ÁREA	SERVIÇO
2 Estagiários	III / Construção Civil	DGZN e DGPE
2 Estagiários	V / Arquitectura	DGZN e DGPU
2 Estagiários	V / Ambiente	DLU e DAMB/AESA
2 Estagiários	V / Social	GARSE/RS e DSC/AJ

Dos 8 estágios aprovados, decorreram apenas 5 estágios.

ESTÁGIOS CURRICULARES

A Câmara Municipal de Loures tem vindo a desenvolver, através da Área de Formação Profissional do Departamento de Recursos Humanos, o acolhimento e integração de estagiários que visa na sua essência contribuir para a inserção de jovens na vida activa complementando assim a qualificação escolar proporcionada pelas Instituições de Ensino a formação prática em contexto de trabalho, através da realização de estágios que cumprem o objectivo de permitir aos jovens a conclusão dos seus percursos académicos através da aquisição de competências práticas profissionais, no âmbito da administração pública local.

Durante o ano em análise foram fornecidos 65 estágios em função da sua formação académica.

PROGRAMA OCUPACIONAL - Prevenção de Fogos Florestais

Os Programas Ocupacionais, de acordo com a Portaria nº192/96 de 30/05, surgiram no sentido da ocupação socialmente útil de pessoas desocupadas enquanto não lhes surgirem alternativas de trabalho ou formação profissional. Assim, mantêm-se as pessoas em contacto com outros trabalhadores e com outras actividades evitando assim o isolamento, a desmotivação contribuindo também e muitas vezes para a aprendizagem de outra actividade profissional.

No seguimento de necessidade temporária havida pelo Gabinete Técnico Florestal de reforçar a equipa da Prevenção de Fogos Florestais, o mesmo gabinete fez uma candidatura ao Instituto do Emprego e Formação Profissional através do Governo Civil de Lisboa a solicitar 6 pessoas.

O Departamento de Recursos Humanos/Área de Formação Profissional acompanhou em a candidatura, o que incluiu o controle da assiduidade dos 6 trabalhadores do Centro de Emprego, a realização de "Acordos de actividade Ocupacional" e a promoção do seguro de acidentes pessoais.

Processo RVCC e seminários de sensibilização no âmbito do SIADAP

Com base no acordo de colaboração firmado com o IEFP, decorreu na 2º semestre, em instalações municipais e em horário laboral, o Processo RVCC nível básico que terminou com a certificação (9º ano de escolaridade) de 34 trabalhadores; sendo 27 da CML; 3 dos SML, 3 do CCD e 1 da Junta de Freguesia da Apelação.

Higiene Segurança Saude Ocupacional e Acção Social

PROGRAMA 1

Promoção da saúde, segurança e bem estar dos trabalhadores

Objectivos:

- Contribuir para o desenvolvimento do potencial de saúde e bem estar dos trabalhadores e promover a sua participação activa na melhoria das condições de trabalho.

Projecto 1

Participação dos responsáveis municipais de segurança, higiene e saúde no trabalho, dos trabalhadores e seus representantes

Objectivos:

- Promover a participação dos responsáveis da segurança, higiene e saúde de acordo com o Regulamento Municipal de SHST;
- Fornecer informação e formação aos trabalhadores de forma a que se tornem mais aptos para lidar com os factores de risco relacionados com o trabalho as condições de trabalho e os estilos de vida;
- Incrementar a participação dos trabalhadores e seus representantes capacitando-os para intervir na melhoria da sua segurança e bem estar no trabalho;
- Aumentar a informação dos trabalhadores por forma a adquirirem comportamentos saudáveis.

PROGRAMA 2

Protecção da saúde dos trabalhadores

Objectivos:

- Prevenir as doenças profissionais e as relacionadas ou agravadas com o trabalho;
- Contribuir para a redução da morbilidade por outras patologias.

Projecto 1

Vigilância da saúde dos trabalhadores

Objectivos:

- > Avaliar a saúde e as aptidões físicas e psíquicas dos trabalhadores antes da sua inserção nos postos de trabalho, tendo em vista as respectivas tarefas e as condições de trabalho em que vão laborar;
- Identificar e avaliar os efeitos sobre a saúde dos trabalhadores resultantes da exposição aos factores de risco relacionados com o trabalho e as condições de trabalho.

Projecto 2

Adequação profissional

Objectivos:

- Ajustar o trabalho aos trabalhadores principalmente dos que apresentam limitações físicas e/ou psíquicas;
- Contribuir para a melhoria do bem estar dos trabalhadores.

Projecto 3

Prevenção da Diabetes Mellitus e suas complicações

Objectivos:

- Melhorar o acesso dos trabalhadores diabéticos aos cuidados de saúde;
- Reduzir as complicações da Diabetes Mellitus;
- Promover o auto- cuidado;
- Diminuir o número de novos casos de Diabetes Mellitus.

Projecto 4

Controlo da hipertensão arterial e dislipidémias

Objectivos:

- Melhorar o acesso dos trabalhadores com patologias cardiovasculares aos cuidados de saúde;
- Prevenir as doenças cardiovasculares e suas complicações.

Projecto 5

Intervenção na área da saúde mental

Objectivos:

- Assegurar o conjunto de cuidados essenciais de saúde mental;
- Prevenir as doenças mentais e as suas complicações;
- Promover o bem estar dos trabalhadores.

Projecto 6

Prevenção do cancro da mama

Objectivos:

- Contribuir para o diagnóstico precoce do cancro da mama nas mulheres trabalhadoras.

Projecto 7

Prevenção do Cancro da Próstata

Objectivos:

- Contribuir para o diagnóstico precoce do cancro da próstata em trabalhadores assintomáticos, voluntários.

Projecto 8

Prestação de outros cuidados de saúde

Objectivos:

- Minimizar as consequências sobre a saúde dos trabalhadores, decorrentes de acidentes/incidentes de trabalho, patologias ou outros transtornos resultantes nomeadamente da exposição a factores de risco relacionados com o trabalho, condições de trabalho ou estilos de vida não saudáveis.

Projecto 9

Imunização dos trabalhadores

Objectivos:

- Promover a imunização dos trabalhadores.

PROGRAMA 3

Intervenção sobre o consumo do tabaco, álcool e outras drogas em meio laboral

Objectivos:

- Promover hábitos saudáveis;
- Promover as condições necessárias à criação de um clima laboral e social saudáveis;
- Prevenir as dependências de tabaco, álcool e outras drogas;
- Prevenir situações de risco;

Projecto 1

Euridice

Objectivos:

- Contribuir para um comportamento responsável e consciente do trabalhador face ao álcool e outras drogas;
- Informar e modificar atitudes, comportamentos e factores de risco

relacionados com o álcool e outras drogas;

- Alterar as condições de trabalho que fomentam o consumo de álcool e outras drogas;
- Aumentar o conhecimento dos trabalhadores sobre o consumo dessas substâncias;
- Promover condições de segurança no trabalho;

Projecto 2

Prevenção dos efeitos relacionados com o consumo de álcool e de outras drogas

Objectivos:

- Prevenir e/ou minimizar os transtornos decorrentes do consumo excessivo do álcool e do uso de outras drogas;
- Melhorar o acesso dos trabalhadores afectados por estes consumos, aos cuidados de saúde.

Projecto 3

Intervenção no tabagismo

Objectivos:

- Diminuir a exposição dos trabalhadores ao fumo do tabaco nos locais de trabalho e assegurar o seu direito a laborar em ambientes saudáveis;
- Diminuir o consumo de tabaco na população laboral;
- Apoiar os trabalhadores que desejem deixar de fumar;
- Prevenir ou minimizar as consequências do consumo de tabaco na saúde dos trabalhadores;
- Contribuir para a melhoria do bem-estar dos trabalhadores.

Projecto 4

Regulamento Interno de Prevenção e Controlo do Consumo de Álcool e Outras Substâncias em Meio Laboral

Objectivos:

- Regular o controlo do consumo de álcool e outras substâncias em meio laboral

Projecto 5

Da Prevenção à Recuperação

Objectivos:

- Colaborar na informação/sensibilização aos trabalhadores sobre os efeitos dos consumos tabaco, álcool e outras drogas;
- Apoiar trabalhadores que apresentem dependências em termos de álcool e outras drogas
- Envolver as famílias nos processos de recuperação;
- Facilitar a reinserção sócio-profissional dos trabalhadores em acompanhamento;
- Contribuir para a prevenção de recaídas face às diferentes substâncias.

PROGRAMA 4

Promoção das condições de trabalho e prevenção dos riscos profissionais

Objectivos:

- Promover e coordenar as acções necessárias e adequadas de modo a proporcionar condições de segurança e saúde dos trabalhadores.

Projecto 1

Identificação, avaliação e controlo dos factores de risco

Objectivos:

- Identificar os perigos e riscos associados aos locais e ambiente de trabalho, equipamentos e materiais;
- Avaliar os factores de perigo/risco relacionados com o trabalho;
- Propor medidas adequadas para eliminar e/ou reduzir os riscos profissionais e averiguar a sua implementação.

Projecto 2

Fardamento e Protecção Colectiva e Individual

Objectivos:

- Garantir que o fardamento seja adequado e devidamente adaptado a cada categoria profissional, de forma a assegurar as condições de higiene e segurança dos trabalhadores;
- Garantir que os meios de protecção colectiva e individual sejam os mais eficazes e adequados a cada categoria profissional, de forma a proteger os trabalhadores dos riscos profissionais.

Projecto 4

Organização de Emergência

Objectivos:

- Dotar, progressivamente e obedecendo a critérios de segurança, todas as instalações municipais de Planos de Emergência de forma a que sejam definidas as medidas organizativas e de intervenção dos meios humanos e materiais, para minimizar as consequências de uma situação anómala ou não prevista.

Projecto 5

Segurança contra incêndios

Objectivos:

- Adquirir, melhorar e manter a qualidade dos equipamentos de combate a incêndios, dotando todas as instalações municipais dos meios adequados para o efeito.

Projecto 6

Sinalização de Segurança

Objectivos:

- Dotar todas as instalações com sinalização de segurança.

PROGRAMA 5

Regulamentação de segurança, higiene e saúde no trabalho

Objectivos:

- Elaborar e rever a regulamentação geral e específica de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, permitindo estabelecer normas internas de intervenção ao nível das actividades existentes.

Projecto 1

Revisão e elaboração de Regulamentos Específicos

Objectivos:

- Actualizar a informação constante dos regulamentos existentes.
- Elaborar regulamentos específicos.

PROGRAMA 6

Valorização profissional

Objectivos:

- Valorizar o trabalhador na sua dimensão profissional;
- Providenciar o acolhimento e integração dos trabalhadores recém-admitidos;
- Informar, orientar e acompanhar trabalhadores confrontados com situações-problema de âmbito profissional.

Projecto 1

Acolher e Integrar os Trabalhadores Recém-admitidos

Objectivos:

- Ajudar o trabalhador a superar as dificuldades de adaptação a um novo contexto humano e profissional, a fim de facilitar as relações iniciais;
- Prestar informações úteis sobre questões de ordem prática relacionadas com a dinâmica institucional, proporcionando uma melhor integração do indivíduo no seu posto e local de trabalho;
- Contribuir para a redução do período de adaptação, o que poderá ter reflexos positivos, a curto prazo, na estabilidade pessoal e no clima organizacional;
- Envolver e sensibilizar os intervenientes no processo de adaptação do novo trabalhador, nomeadamente, Administração, Dirigentes/chefias e Funcionários;

- Adequar o acompanhamento às especificidades da admissão (deficiência).

Projecto 2

Requalificar

Objectivos:

- Contribuir para uma melhor adequação do posto e/ou local de trabalho à especificidade do trabalhador na perspectiva da sua requalificação;
- Encontrar alternativas de formação profissional sempre que tal se justifique, atendendo às especificidades do novo posto e/ou local de trabalho;
- Sensibilizar/implicar as chefias nos processos de requalificação profissional;
- Providenciar alternativas para as recolocações quer definitivas quer temporárias;
- Avaliar o processo de requalificação;

PROGRAMA 7

Promoção social

Objectivos:

- Promover o trabalhador na sua dimensão social;
- Facilitar a aprendizagem ao longo da vida;
- Sistematizar e divulgar informação sobre respostas institucionais de âmbito social;
- Modificar atitudes e comportamentos relacionados com consumos tóxicos e/ou outros factores de risco.

Projecto 1

Aprender ao Longo da Vida

Objectivos:

- Promover a aprendizagem ao longo da vida

Projecto 2

Dinamização de Eventos

Objectivos:

- Favorecer um positivo clima organizacional.

Projecto 3

Capacitar para Integrar

Objectivos:

- Contribuir para a inclusão social das pessoas portadoras de deficiência.

PROGRAMA 8

Apoio aos trabalhadores

Objectivos:

- Colaborar na prevenção de riscos psicossociais;
- Apoiar os trabalhadores confrontados com situações-problema de âmbito sócio-familiar;

Projecto 1

Ser Multidimensional

Objectivos:

- Informar, orientar e acompanhar trabalhadores confrontados com situações-problema de âmbito profissional, familiar e social;
- Apoiar trabalhadores no âmbito da saúde mental.
Problemática sócio-familiar
Problemática sócio-profissional
Problemática diversos

PROGRAMA 9

Para uma aposentação dignificante

Objectivos:

- Facilitar a mudança para uma situação de perda de vida profissional, consequente diminuição de recursos e aumento de tempo livre;
- Permitir ao indivíduo preparar-se qualitativamente para uma nova etapa da vida;
- Contribuir para a integração social dos aposentados, evitando o isolamento e a solidão;

- Prestar informação sobre formas de ocupação dos tempos livres, de assuntos relacionados com a problemática da aposentação e do envelhecimento;
- Proporcionar formas de convívio com ex-colegas de trabalho.

Projecto 1

A Aposentação - um Desafio a Conquistar

Objectivos:

- Promover uma atitude positiva relativamente à Aposentação;
- Prestar informação sobre assuntos diversos, relacionados quer com a problemática da aposentação, quer de interesse geral;
- Ajudar a prevenir problemas psicossociais como o isolamento e a depressão.

Projecto 2

Recrutar a Aposentação

Objectivos:

- Modificar a imagem que a aposentação implica para si mesmo e face aos outros;
- Imprimir maior dinâmica no relacionamento Câmara/Aposentados.

PROGRAMA 10

Melhoria da qualidade e intervenção da divisão de higiene, segurança, saúde ocupacional e acção social

Objectivos:

- Aumentar a eficácia, a eficiência e qualidade dos serviços prestados;
- Aumentar a motivação e valorização profissional dos trabalhadores da DHSSOAS.

Projecto 1

Informação e formação dos trabalhadores

Objectivos:

- Promover a valorização profissional dos trabalhadores da divisão e aumentar os seus conhecimentos.

Projecto 2

Incrementar as relações com instituições e serviços externos

Objectivos:

- Estreitar as relações com as instituições e serviços externos;
- Colaborar na formação de técnicos nas diferentes áreas de intervenção do serviço;
- Divulgar e promover a actividade da DHSSOAS;
- Incrementar novas respostas ao nível do apoio aos trabalhadores por via da reflexão técnica.

Projecto 3

Melhoria do registo e tratamento da informação produzida

Objectivos:

- Melhorar a identificação e avaliação de problemas, o estabelecimento de prioridades e a formulação de soluções apropriadas;
- Possibilitar a avaliação das actividades e do impacte das soluções definidas.

Projecto 4

Avaliação do desempenho do serviço de saúde ocupacional

Objectivos:

- Monitorizar periodicamente a actividade do SSO;
- Melhorar continuamente a qualidade do funcionamento.

Projecto 5

Melhoria do atendimento aos trabalhadores no SSO

Objectivos:

- Melhorar a acessibilidade dos trabalhadores;
- Aumentar a satisfação dos trabalhadores;
- Melhorar a satisfação dos profissionais do SSO;
- Contribuir para o bom funcionamento das organizações.

Projecto 6

Elaboração de Manual de Procedimentos da Divisão de Higiene, Segurança, Saúde Ocupacional e Acção Social

Objectivos:

- Uniformizar os procedimentos da Divisão de forma a melhorar a sua eficiência, estabelecendo linhas orientadoras para as Áreas e respectivos técnicos;
- Aumentar a eficiência e eficácia;
- Melhorar o estabelecimento de objectivos da Divisão;
- Satisfazer as necessidades dos trabalhadores;
- Facilitar a integração de novos técnicos, evitando o desconhecimento de elementos necessários no desempenho da sua função.

PROGRAMA 11

Promoção da qualidade e segurança alimentar

Objectivos:

- Promover a segurança e a qualidade da alimentação fornecida nos refeitórios municipais.

Projecto 1

Sistema de Auto Controlo

Projecto 2

Confecção de refeições e preparação de alimentos

INICIATIVAS

Mês	Refeitório (almoços)	Paq. Almoço	Jantares	Bebéreis	Lanches	Valor entregue na Div. Financeira
TOTAL	55928	0	5612	3440	3.938	10.551

Projecto 3

Informatização e modernização do sistema de venda de senhas, pagamentos e gestão de stocks

Projecto 4
Adequação e modernização do Refeitório

Projecto 5

Informar

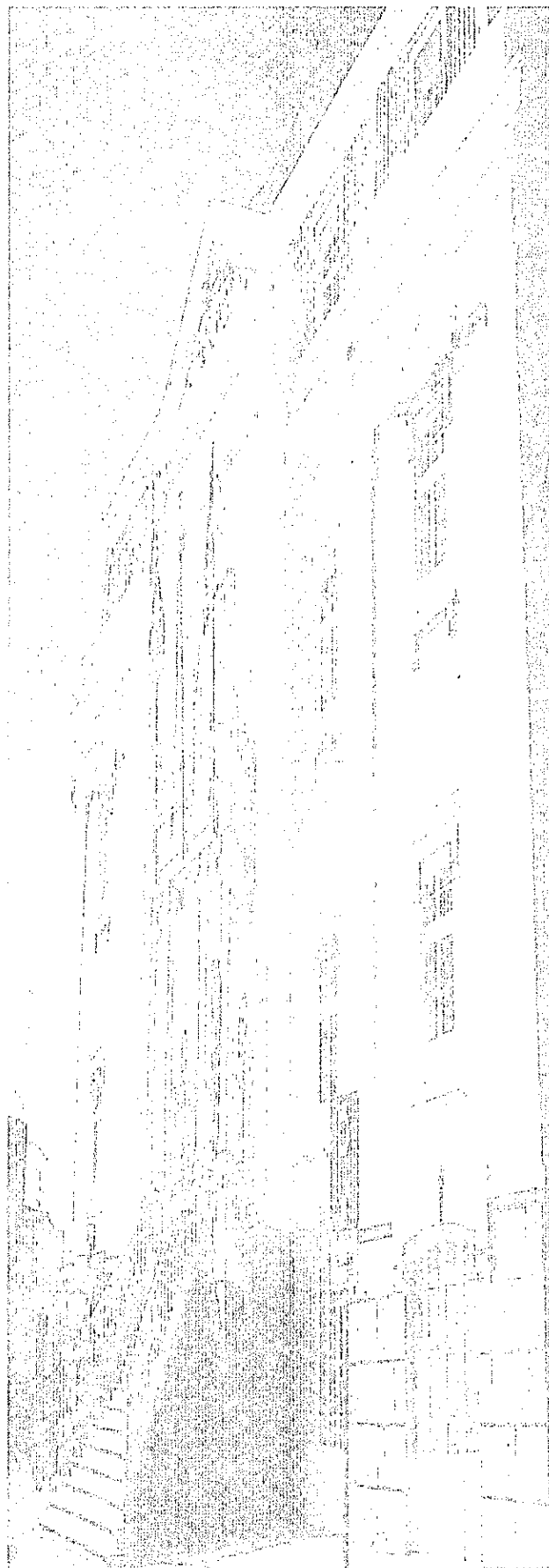
Projecto 6

Avaliação da Satisfação dos Utilizadores
do Refeitório da Câmara Municipal

Refeitório Municipal

	Nº de refeições			
	2004	2005	2006	2007
Actividades regulares	49.513	56.324	58.590	59.926
Iniciativas	24.654	25.305	21.611	23.111

Aplicação do resultado líquido do exercício de 2007



Aplicação do resultado líquido do exercício de 2007

Em conformidade com o disposto no ponto 2.7.3 do POCAL – Decreto-lei nº 54-A/99 de 22 de Fevereiro propõe-se que o resultado líquido do exercício no valor de 33.095.597,98€ seja distribuído por:

Reservas legais (5% do RL)

1.654.779,90€

Resultados transitados

31.440.818,08€

Execução orçamental



Execução orçamental

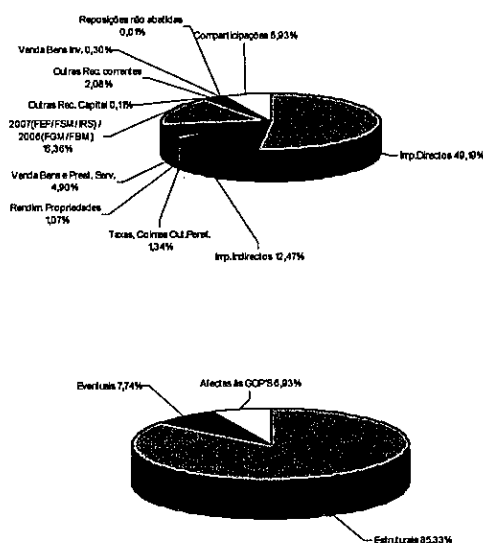
Receitas

No ano de 2007 foram arrecadados 119,8 m. e., sendo 86,9% receitas correntes e 13,1% receitas de capital.

Das receitas correntes destacam-se os impostos directos com um peso de 49,2% do total das receitas.

Receitas	Valor (€)		Variação %
	2006	2007	
Corrente	79.815.496,15	104.137.855,78	30,47%
Capital	13.288.575,61	15.684.382,60	18,03%
Total	93.104.071,76	119.822.238,38	28,70%

As receitas apresentam uma variação de 28,7% em relação ao ano de 2006. Esta evolução deve-se sobretudo às receitas estruturais, que representam no total 85,3% do total das receitas.



Das receitas estruturais realçam-se os impostos directos (49,2%), as transferências do orçamento de estado (16,4%), os impostos indirectos (12,5%) e a venda de bens e prestação de serviços (4,9%).

Nota: Estas percentagens são relativas ao total das receitas

Evolução

Receitas	Valor (€)		Variação %
	2006	2007	
Estruturais			
Imp.Directos	49.275.252,42	58.938.251,94	19,61%
Imp.Indirectos	6.381.917,21	14.944.408,83	134,17%
Taxas, Coimas Out.Penal.	1.405.988,93	1.605.901,89	14,22%
Rendim. Propriedades	1.438.570,95	1.276.661,95	-11,25%
Venda Bens e Prest. Serv.	6.720.136,37	5.868.980,42	-12,67%
2007(FEF/FSM/RS) / 2006(FGM/FBM)	19.416.446,00	19.606.810,00	0,98%
Total	84.838.291,88	102.240.814,83	20,80%
Eventuais			
Outras Rec. correntes	433.601,51	2.493.283,88	475,02%
Outras Rec. Capital	78.136,75	136.796,60	75,08%
Reposições não abatidas	19.881,41	10.687,08	-46,81%
Venda Bens Inv.	569.850,78	355.083,78	-37,70%
Activos financeiros	1.420.101,93	6.283.600,18	342,48%
Total	2.521.772,38	9.279.433,50	267,97%
Afectas às GOP's			
Comparticipações	5.944.007,49	8.301.990,25	39,67%
Total	5.944.007,49	8.301.990,25	39,67%
Total Geral	93.104.071,76	119.822.238,38	28,70%

As receitas estruturais cresceram 20,8%, devido essencialmente aos impostos directos + 9,7 m.e., aos impostos indirectos + 8,5 m.e..

Das receitas eventuais realça-se o aumento das outras receitas correntes em 2,1 m.e..

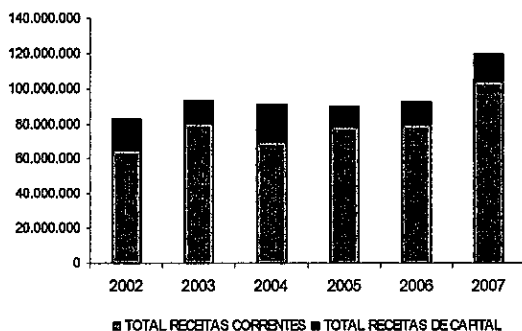
Nas receitas afectas às GOP's, temos um crescimento de 39,7%, para tal contribuiu o crescimento das participações em cerca de 2,4 m. e..

Execução / Previsão

Em relação à previsão efectuada para 2007 arrecadou-se -23,5 m.e., ou seja, -16,4%, estes valores incluem o saldo da gerência anterior, que corresponde a 9,1 m.e.. Se esta comparação não incluir este saldo, verificamos que o desvio é de 14,4 m.e. ao que corresponde -10,7%. Este desvio deve-se sobretudo às receitas de capital nomeadamente aos activos financeiros, que registam este ano uma execução de 6,3 m.e..

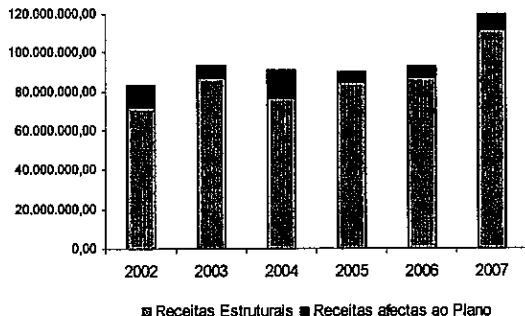
Receitas	Valor (€)		Variação %	
	Dotação Final	Real 2007		Peso Relativo
Corrente	101.808.745,07	104.137.855,78	2,29%	86,91%
Capital	32.415.985,23	15.684.382,60	-51,62%	13,09%
Saldo de Gerência	8.096.284,73			
Total	143.319.025,03	119.822.238,38	-16,39%	100,00%

Evolução das receitas (2002-2007)



De 2002 para 2003 regista-se um acréscimo de (+12,5%), que se deveu sobretudo às receitas correntes - impostos indirectos (+10,3 m.e) - licenciamentos na urbanização do Infantado, 4ª fase.

De 2003 para 2004 regista-se um aumento de 57,6% nas receitas de capital, pois em 2004 utilizou-se 11,7 m.e. de passivos financeiros.



Análise detalhada da receita

Receitas Correntes

As receitas correntes apresentam uma variação de 30,5% em relação ao ano transacto, que se deve essencialmente ao aumento dos impostos directos dos impostos indirectos e das outras receitas correntes. Em relação à previsão das receitas correntes destaca-se um desvio de 2,3 m.e. cerca de +2,3%. De uma previsão de 101,8 m.e. arrecadou-se 104,1 m.e..

	Dotação Orçamental Actual	Receita Total arrecadada 2007	Diferença Valor Absoluto	%
RECEITAS CORRENTES				
Imposto Directos	51.015.000,00	56.938.251,94	7.923.251,94	15,53%
Imposto Municipal s/ Imóveis	20.560.000,00	23.235.195,43	2.675.195,43	13,01%
Imposto s/Veículos	2.600.000,00	2.766.513,53	166.513,53	6,40%
Imposto Municipal s/ Transmissões	14.100.000,00	23.925.904,44	9.825.904,44	69,69%
Derrama	10.760.000,00	7.613.126,08	-3.146.873,92	-29,25%
Impostos Abolidos+Outros	2.995.000,00	1.316.294,35	-1.678.705,65	-56,05%
Impostos Indirectos	5.040.000,00	14.944.408,63	9.904.408,63	196,52%
Tx. Coimas e Outras Penalidades	1.080.000,00	1.605.601,69	515.601,69	47,33%
Rend. Propriedade	2.065.000,00	1.276.651,95	-788.338,05	-38,18%
Transferências Correntes	25.326.661,63	19.010.367,27	-6.316.294,36	-24,94%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	5.354.234,00	6.000.932,00	646.698,00	12,08%
Fundo Social Municipal	2.530.305,00	2.377.132,00	-153.173,00	-6,05%
Participação no IRS	8.152.580,00	7.659.066,00	-493.514,00	-6,05%
Outros	9.286.531,63	2.973.247,27	-6.313.284,36	-67,99%
Vendas de Bens e Prestação de Serviços	16.088.083,54	5.868.960,42	-10.219.123,12	-63,54%
Venda de Bens	5.000.000,00	1.654.001,00	-3.345.999,00	-66,92%
Prestação de Serviços	1.277.091,54	1.028.713,97	-248.377,57	-19,45%
Rendas e Aluguéis	9.822.000,00	3.186.265,45	-6.635.734,55	-67,59%
Outras Receitas Correntes	1.171.000,00	2.483.283,88	1.312.283,88	112,92%
Total das Receitas correntes	101.806.746,07	104.137.866,76	2.331.120,71	2,29%

Impostos directos

Impostos Directos	Valor (€)		Peso relativo		Variação	
	2006	2007	2006	2007	Valor absoluto	%
IMI - Imposto Municipal s/ Imóveis	19.263.472,82	23.235.195,43	20,67%	19,30%	3.971.722,61	20,62%
IMV - Imposto Municipal Veículos	3.045.787,45	2.766.513,53	3,27%	2,31%	-279.273,92	-9,17%
IMT - Imposto Municipal s/ Transmissões	17.030.380,14	23.925.904,44	18,28%	19,97%	6.895.524,30	40,57%
Derrama	7.354.817,40	7.613.126,08	7,90%	6,39%	258.308,68	3,51%
Impostos Abolidos	2.990.784,51	1.316.294,35	2,78%	1,10%	-1.674.490,16	-56,19%
Impostos Directos Diversos	0,00	81.218,11	0,00%	0,07%	81.218,11	

Os impostos directos registam um acréscimo de 19,6% que se deve à arrecadação de: +7 m.e. de Imposto Municipal de Transmissões; e +4 m.e. de Imposto Municipal de Imóveis. Os impostos abolidos têm vindo a registar um decréscimo natural.

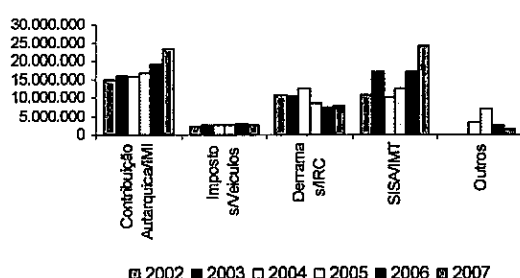
Impostos Directos	Dotação Final	Valor (€)		Variação	
		2007	Valor absoluto	%	
IMI - Imposto Municipal s/ Imóveis	20.560.000,00	23.235.195,43	2.675.195,43	13,01%	
IMV - Imposto Municipal Veículos	2.600.000,00	2.766.513,53	166.513,53	6,40%	
IMT - Imposto Municipal s/ Transmissões	14.100.000,00	23.925.904,44	9.825.904,44	69,69%	
Derrama	10.760.000,00	7.613.126,08	-3.146.873,92	-29,25%	
Impostos Abolidos	2.900.000,00	1.316.294,35	-1.583.705,65	-54,61%	
Impostos Directos Diversos	95.000,00	81.218,11	-13.781,89	-14,51%	

A previsão dos impostos directos apresenta um desvio de 15,5%, ou seja arrecadou-se +7,9 m.e. em relação ao previsto. Este desvio deve-se essencialmente:

- Imposto Municipal s/ Imóveis +2,7 m.e.. As taxas cobradas em 2006 e a receber em 2007 foram de 0,75% para prédios urbanos avaliados antes do CIMI e 0,5% para prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI. Em 2005 a receber em 2006 estas taxas eram de 0,7% e 0,45% respectivamente.
- Imposto Municipal s/ Transmissões +9,8 m.e. que resulta da aplicação do DL nº287/2003 de 12/11 e consequentemente um maior rigor nos valores base de transacção;

- A derrama apresenta um decréscimo em relação ao valor orçamentado de cerca de 3,1 m.e..
- Os Impostos Abolidos registam -1,7 m.e. relativamente ao valor orçamentado, este decréscimo é expectável, já que são impostos com cada vez menor expressão.

Análise e evolução detalhada dos impostos directos



Imposto municipal s/ Imóveis

O Imposto Municipal s/ Imóveis tem apresentado uma evolução positiva à excepção do ano 2004, onde decresceu 1%. Realça-se o crescimento de 15,1% de 2005 para 2006, representando nesse ano cerca de 20,7% do peso total das receitas. Em 2007 este imposto voltou a ter um crescimento de 20,6% relativamente ao ano anterior, representado 19,4% do total das receitas arrecadadas.

Imposto s/ Veículos

O Imposto s/ veículos apresenta um desvio positivo em relação ao previsto no orçamento no valor de 167 mil euros. Em relação ao ano transacto esta receita diminuiu cerca de 9,2%.

Imposto Municipal s/ Transmissões

O imposto municipal s/ transmissões apresenta um desvio de +9,8 m.e. em relação à receita prevista, ou seja, +69,7% em relação ao orçamentado. No que diz respeito aos valores arrecadados temos um

crescimento de 40,6%. Este facto deve-se à aplicação do Código do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis, que alargou a base de incidência e introduziu novos mecanismos de avaliação que conduziram a uma maior objectividade e uniformidade dos valores dos imóveis, que levou à convergência para valores de mercado, conduzindo assim a um aumento dos valores arrecadados. Em relação à evolução esta receita não tem sido muito estável pois em 2003 apresenta 16,8 m.e. que resulta do reflexo do perdão fiscal ocorrido em Dezembro de 2002 com repercussão em 2003.

A partir de 2004 têm-se registado aumentos progressivos tendo em 2007 o valor atingido de 23,9 m.e..

Derrama

A derrama diminuiu de 2004 a 2006, tendo esse ano apresentado o valor mais baixo desde 2001 (7,4 m.e.). Em 2007 regista-se um ligeiro aumento cerca de 3,5%. Esta fraca execução deste imposto deve-se à quebra na actividade económica e à redução da taxa do IRC.

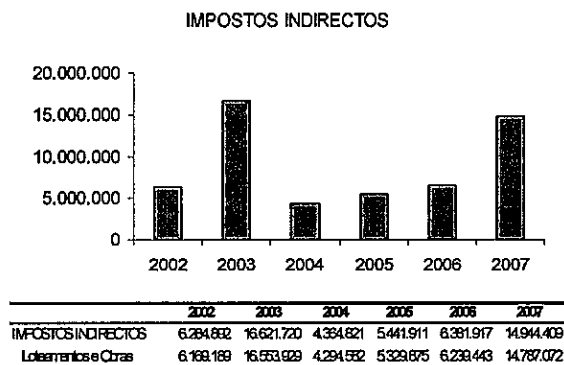
Impostos Abolidos

Têm-se vindo a registar um decréscimo natural destes impostos, já que, como o nome indica, são impostos abolidos. Em 2007 decresceram 49,2% em relação ao ano anterior.

Esta receita apresentava igualmente um decréscimo em 2006 de 63,4% pois em 2005 arrecadou-se 7,1 m.e. (2,6 m.e. de contribuição autárquica e 4,5 m.e. de imposto municipal de sisa).

Imposto Indirectos

Evolução (2002-2007)



A receita proveniente de loteamentos e obras representa em média cerca de 98,5% do total dos impostos indirectos arrecadados.

Os Imposto indirectos registam uma arrecadação muito superior ao orçamentado, ou seja, orçamentamos 5 m.e., e arrecadamos 15 m.e., este facto deve-se ao pagamento de taxas de urbanização do Infantado, esta arrecadação tem um carácter extraordinário. Estes impostos têm vindo apresentar uma evolução muito positiva desde 2004. Em 2003 contabilizou-se um elevado valor dado à arrecadação também extraordinária proveniente do licenciamento da urbanização do Infantado - 4ª fase no valor de 12 m.e.

Taxas, Coimas e Outras penalidades

As taxas, coimas e outras penalidades têm apresentado uma evolução muito favorável, verificando-se em 2007 um crescimento de 14,2%.

Do total das taxas, coimas e outras penalidades destaca-se a receita referente a loteamentos e obras, que representam 78,2% do seu total, tendo as multas e outras penalidades um peso muito pouco significativo.

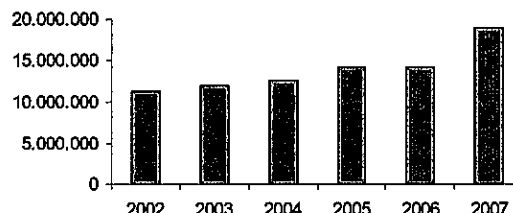
Rendimentos de Propriedade

Os rendimentos de propriedade englobam as receitas de juros de depósitos, dividendos e rendas de terrenos.

Registou-se um desvio de 0,8 m.e. relativamente ao previsto, apresentando uma execução de 61,8%, que representam 1,3 m.e. de receita arrecadada.

Transferências Correntes

TRANSF. CORRENTES



	Dotação Orçamental Final	Receita Total arrecadada 2007	Diferença Valor Absoluto	%
Transferências Correntes	25.326.651,53	19.010.357,27	-6.316.294,26	-24,94%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	5.354.224,00	8.000.892,00	2.646.668,00	12,05%
Fundo Social Municipal	2.530.308,00	2.377.132,00	-153.176,00	-6,05%
Participação Fixa no IRS	8.152.590,00	7.659.059,00	-493.531,00	-6,05%
Outras	9.289.531,53	2.973.247,27	-6.316.284,26	-67,99%

As transferências correntes representam 15,9% do total das receitas.

A baixa arrecadação de outras transferências correntes deve-se sobretudo à não existência de transferências dos SMAS relativas à cobrança de tarifas de saneamento, pois a previsão para esta receita é de 3 m.e., o valor referente a estas tarifas foi registado em Outras Receitas Correntes.

As transferências correntes apresentam uma variação de +34,3% em relação ao ano transacto, correspondendo a uma arrecadação de 19 m.e..

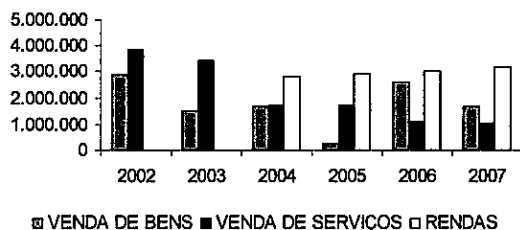
Venda de Bens e Serviços Correntes

	Dotação Orçamental Final	Receita Total arrecadada 2007	Diferença Valor Absoluto	%
Venda de Bens e Prestação de Serviços	16.098.093,54	5.888.960,42	-10.209.133,12	-63,54%
Venda de Bens	5.000.000,00	1.654.001,00	-3.345.999,00	-66,92%
Prestação de Serviços	1.277.091,54	1.028.713,97	-248.377,57	-19,45%
Rendas e Aluguéis	9.822.002,00	3.186.255,45	-6.635.746,55	-67,56%

A venda de bens e serviços correntes apresenta um decréscimo de 12,5% em relação ao ano transacto, no entanto ficou aquém das previsões, sendo o seu desvio de -10,2 m.e.. Este desvio deve-se:

- Venda de bens, estavam orçamentados 5 m.e, referentes à venda de combustíveis/SMAS e apenas se executaram 1,5 m.e, mais 133 mil em bens inutilizados.
- No que respeita às rendas, estavam previstos 5,6 m.e. na rubrica rendas – Simtejo, tendo a execução sido nula, daí que o desvio tenha ascendido a 6,6 m.e.

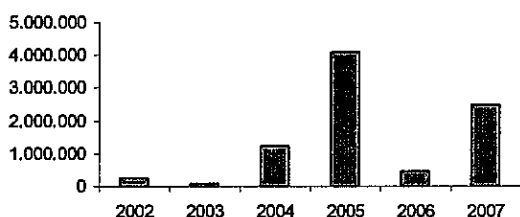
VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES



Em 2002 a venda de bens ultrapassou 2,8 m.e.. Este valor resulta do fornecimento de combustíveis e materiais de construção. Em 2006 estes valores repetem-se devido à regularização de facturas de fornecimento de combustíveis pelos SMAS/Divisão de Resíduos Sólidos, nomeadamente gasóleo dos anos 2004, 2005 e 2006. Desta forma, o desvio da venda de bens ultrapassou em 2,4 m.e. a previsão orçamental em 2006.

Outras Receitas Correntes

OUTRAS RECEITAS CORRENTES



Estas receitas apresentam oscilações de 2002 a 2007, em 2005 temos 4 m.e. de rendas da Simtejo e no ano 2004 registou-se 1.1 m.e. do accionamento da garantia bancária da firma Casal do Monte Construções, Lda. Em 2007 foram aqui registadas as tarifas de águas residuais, cerca de 2,3 m.e., referentes à quota parte da cobertura dos custos do sistema de gestão em alta do Município de Loures. De notar como já foi referido, que estes valores tinham sido orçamentados em Transferências Correntes – Administração Local – Continente.

Receitas de Capital

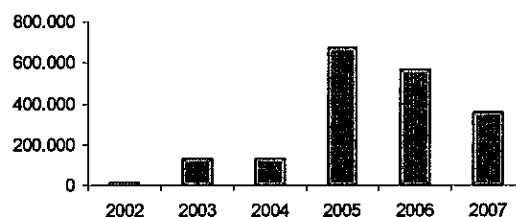
	Dotação Orçamental Actual	Receta Total arrecadada 2007	Diferença	
			Valor Absoluto	%
RECEITAS CAPITAL				
Venda de Bens de Investimento	2.844.609,58	355.063,78	-2.489.525,80	-87,52%
Transferências de Capital	13.488.698,65	8.896.232,99	-4.592.465,67	-34,03%
Fundo Equilíbrio Financeiro	3.599.490,00	3.599.490,00	0,00	0,00%
Cooperação Técnica	9.318.620,15	5.228.709,19	-4.089.910,96	-43,91%
Serv. e Fundos Autónomos	50.786,50	0,00	-50.786,50	-100,00%
Famílias	550.000,00	102.033,82	-447.966,18	-81,45%
Activos Financeiros	15.652.489,00	6.293.600,16	-9.358.888,84	-59,86%
Outras Receitas de Capital	300.000,00	139.798,60	-160.201,40	-54,40%
Reposições Não Abatidas nos Pagamentos	130.000,00	10.657,06	-119.342,92	-91,79%
Saldo Gerência anterior	9.096.284,73			
Total das Receitas de capital	41.512.279,96	15.684.382,60	-25.827.897,36	-62,22%

As receitas de capital apresentam um aumento de 18% em relação ao ano transacto.

Este crescimento deve-se essencialmente aos activos financeiros, 6,3 m.e. e às participações em cooperação técnica 5,2 m.e..

Venda de Bens de Investimento

VENDA DE BENS DE INVEST.



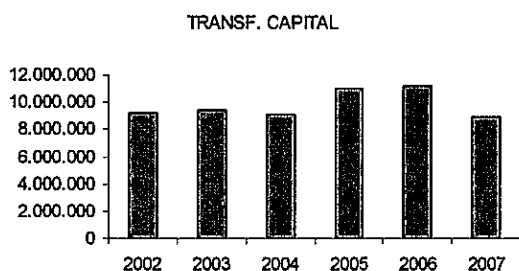
Em 2007 realizou-se 355 mil euros em vendas de habitações, correspondendo a;

- 93 mil euros em vendas em Camarate
- 86 mil euros em vendas em Loures
- 83 mil euros em vendas em Unhos
- 52 mil euros em vendas na Portela
- 32 mil euros em vendas em Sto Antº Cavaleiros
- 9 mil euros em vendas em Sacavém

A venda de bens de Investimento apresenta decréscimos a partir 2005.

No que respeita aos valores orçamentados verifica-se um desvio de 2,5 m. e.

Transferências de Capital



	Dotação Orçamental Final	Receita Total arrecadada 2007	Diferença Valor Absoluto	%
Transferências de Capital	13.488.866,66	8.898.232,98	-4.590.633,67	-34,03%
Fundo Equilíbrio Financeiro	3.669.490,00	3.669.490,00	0,00	0,00%
Cooperação Técnica	9.318.620,15	5.226.709,16	-4.091.910,99	-43,91%
Serv. e Fundos Autónomos	50.766,50	0,00	-50.766,50	
Famílias	660.000,00	102.033,82	-447.966,18	-81,45%

Execução

No que concerne à Cooperação Técnica e Financeira regista-se um acréscimo. De seguida discriminam-se os valores recebidos;

- 2,2 m. e. – Centros de Saúde Terraços da Ponte (Sacavém) e de Sto Antº de Cavaleiros;
- 1,7 m. e. – Requalificação da Avenida Estado da Índia e envolvente (E.N. 10) e Praça da Republica (Sacavém) - PROQUAL
- 398 mil euros – construção do Novo Quartel da Corporação de Bombeiros - Sacavém
- 323 mil euros – Via T5 entre Unhos e Sacavém – 1ª fase - PORLVT
- 279 mil euros – Expansão do parque Urbano da cidade de Loures e reabilitação do Palácio dos Marqueses da Praia – PRAUD
- 246 mil euros – Alô Digital
- 18 mil euros – IFADAP/INGA
- 10,3 mil euros – Espaço Internet camarate

A rubrica Transferências - Famílias, registou uma execução de 102 mil euros referente à beneficiação da Quinta do Sacouto – EN 8 (3º Troço).

Activos Financeiros

Foram orçamentados 7,7 milhões de euros referentes a amortização de empréstimos dos SMAS, posteriormente, na 10ª alteração foram colocados mais 8 milhões referentes ao empréstimo Quinta das Mós (não tendo sido executado). Os SMAS têm vindo a proceder a amortizações dos empréstimos Totta e BPI, no valor de 6,2 milhões de euros, como se discrimina a seguir;

- 2,7 m.e. referentes à amortização extraordinária do empréstimo do Banco Totta para investimentos dos serviços municipalizados.
- 2,1 m.e. referentes a amortizações do Banco Totta
- 1,5 m.e. referentes a amortização do Banco BPI

Os activos financeiros representam 5,2% do total das receitas.

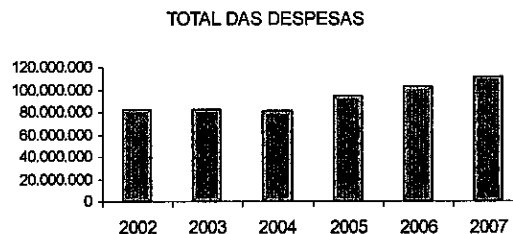
Outras Receitas de Capital

As outras receitas de capital registam em cerca de 137 mil euros que se dividem da seguinte forma:

- 20 mil euros em indemnizações
- 117 mil euros referentes à retoma de 69 veículos propriedade municipal.

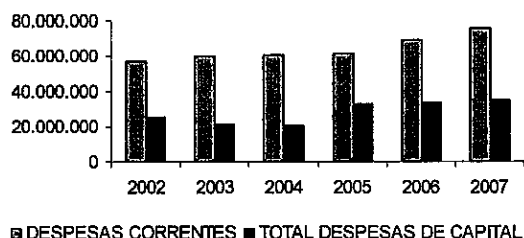
Despesa

As despesas totalizam 111,6 m.e., apresentando uma variação de +8,9% em relação ao ano transacto.



A despesa apresentou uma ligeira diminuição 2002 até 2004. A partir de 2005 registamos aumentos que se devem sobretudo ao aumento do investimento em 2005 e 2006, e

ao crescimento da aquisição de serviços, de 2005 a 2007, analisados mais à frente.



Em relação ao ano transacto as despesas correntes aumentaram 10,1%, que se deve sobretudo às aquisições de bens e serviços (+5,3 m.e.).

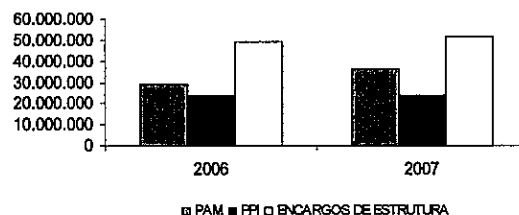
As despesas de capital aumentaram 6,6% que se justifica pelo aumento dos passivos financeiros (+3,2 m.e.).

Despesas	Dotação Final 2007	Valor (€)		Variação %	Peso estrutural	
		2006	2007		2006	2007
Corrente	92.010.335,74	68.991.639,67	75.668.579,71	10,03%	67,29%	67,66%
Capital	51.306.659,29	33.528.732,24	35.742.204,53	6,61%	32,71%	32,02%
Total	143.316.995,03	102.488.370,91	111.641.781,24	8,93%	100%	100%

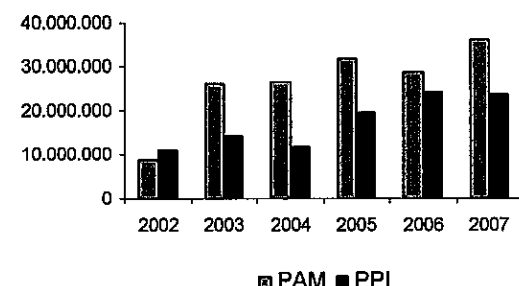
Em relação aos valores previstos e realizados, aponta-se um desvio de -28,5%, ou seja a dotação total da despesa é de 143,3 m.e. e realizou-se 111,6 m.e..

	Valor (€)		Variação	
	2006	2007	Valor (€)	%
PLANO DE ACTIVIDADES				
Investimentos	24.058.022,37	23.668.458,66	-359.563,71	-1,49%
Activos Financeiros	668.000,33	0,00	-668.000,33	
Transf. Capital	3.348.543,90	3.354.204,45	7.750,55	0,23%
Frequências	2.469.259,80	2.305.589,38	-163.670,42	-6,63%
Outras	877.284,30	1.048.705,07	171.420,77	19,54%
Transf. Correntes	10.252.842,84	12.161.005,47	1.908.222,63	18,61%
Frequências	6.918.378,48	7.322.200,67	383.822,19	5,55%
Outras	3.334.464,18	4.858.894,80	1.524.430,64	45,72%
SERVÍCIO DA DÍVIDA				
Juros (emprést.MLP+leasing)	1.369.289,83	1.677.109,00	277.809,17	19,85%
Amortizações (emprést.MLP)	5.456.165,64	6.669.451,42	3.233.285,78	59,26%
Total do Serviço da Dívida	6.825.455,47	8.346.560,42	1.521.104,95	22,29%
Despesas Correntes (Pessoal+Eq. Bens e Serv.)	7.830.104,45	10.219.897,08	2.389.792,63	30,52%
Total das Actividades com Plano	53.008.976,16	59.800.248,08	6.791.269,92	12,81%
ENCARGOS DE ESTRUTURA				
Pessoal	30.115.875,63	30.417.663,28	301.787,66	1,00%
Subsídios	450.000,00	0,00	-450.000,00	
Outras Despesas Correntes (Aq.serv+Outras)	18.526.047,35	21.423.871,87	2.897.824,52	15,64%
Total dos Encargos de Estrutura	49.091.922,98	51.841.535,16	2.749.612,18	5,60%
TOTAL GERAL	102.100.902,14	111.641.781,24	9.540.879,10	9,34%

As Grandes Opções do Plano representam 53,6% do total das despesas e evoluíram cerca de 12,8% em relação ao ano transacto.

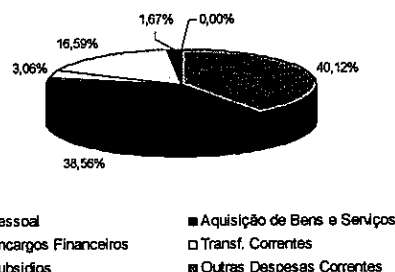


Os encargos com estrutura representam 46,4% do total das despesas e em 2005 representaram 48,1%.



No gráfico acima constata-se um aumento significativo de 2002 para 2003 na ordem dos 103%, a partir de 2003 registamos algumas oscilações, mas no que diz respeito ao Investimento temos tido crescimentos de 2004 até 2006. Em 2007 verifica-se que a nível de plano de actividades temos um crescimento de 24,7%, no entanto no que diz respeito ao plano plurianual de investimento temos um decréscimo de 1,5%. No geral, ou seja, ao nível das grandes opções do plano temos um acréscimo de 12,8%.

Despesas Correntes



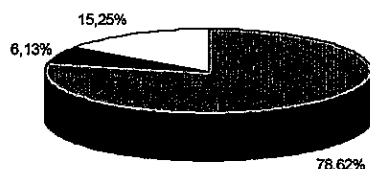
A despesa corrente apresenta um crescimento de 10,1% em relação ao ano transacto e representa 68% do total das despesas.

	Valor (€)		Variação	
	2006	2007	Valor (€)	%
Pessoal	30.135.419,97	30.453.178,50	317.758,53	1,06%
Aquisição de Bens e Serviços	23.928.322,03	29.266.759,77	5.338.437,74	22,31%
Encargos Financeiros	1.472.192,10	2.322.673,76	850.481,66	57,77%
Transf. Correntes	10.640.311,41	12.592.343,76	1.952.032,35	18,35%
Freguesias	6.918.378,48	7.302.200,67	383.822,19	5,55%
Outras	3.721.932,93	5.290.143,09	1.568.210,16	42,13%
Subsídios	450.000,00	0,00	-450.000,00	
Outras Despesas Correntes	2.335.393,16	1.264.820,92	-1.070.572,24	-45,85%
Total despesa corrente	69.961.638,67	75.899.576,71	6.937.938,04	10,06%

As rubricas com maior peso nas despesas correntes são as despesas com pessoal e aquisição de bens e serviços, como se pode ver no gráfico, representado 40,1% e 38,6% respectivamente.

	Dotação Orçamental Actual	Total Realizado 2007	Diferença Valor Absoluto	%
DESPESAS CORRENTES				
Pessoal	30.519.452,24	30.453.178,50	-66.273,74	-0,22%
Aquisição de Bens e Serviços	44.771.872,53	29.266.759,77	-15.505.112,76	-34,63%
Encargos Correntes da Dívida	2.637.537,41	2.322.673,76	-314.863,65	-11,94%
Transferências Correntes	12.814.473,58	12.592.343,76	-222.129,80	-1,73%
Freguesias	7.321.230,38	7.302.200,67	-19.029,69	-0,26%
Serviços Municipalizados	1,00	0,00	-1,00	
Outras	5.493.242,20	5.290.143,09	-203.099,11	-3,70%
Subsídios	0,00	0,00	0,00	
Outras Despesas Correntes	1.297.000,00	1.264.820,92	-32.179,08	-0,19%
Total Despesas Correntes	92.010.335,74	75.899.576,71	-16.110.759,03	-17,51%

Despesas com Pessoal



■ Remunerações certas ■ Abonos variáveis ou eventuais □ Segurança Social

As despesas com pessoal cresceram 1,1% em relação ao ano transacto, enquanto que em 2006 esse crescimento tinha sido de 1,7%.

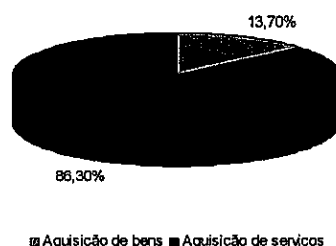
	2006	2007	Var. absoluta	Var. %
Despesas com o Pessoal	30.135.419,97	30.453.178,50	317.758,53	1,06%
Remunerações certas	23.847.131,63	23.942.774,22	95.642,39	0,40%
Titulares de órgãos de soberania	197.418,05	204.890,46	7.472,41	3,76%
Pessoal dos quadros	15.224.183,30	15.520.001,86	295.818,56	1,94%
Pessoal para além dos quadros	806.436,91	424.841,75	-381.595,16	-47,19%
Pessoal contratado a termo certo	706.780,05	688.707,76	-18.072,29	-2,56%
Pessoal em regime tarefa ou avença	2.811.126,24	2.884.482,75	73.356,51	2,61%
Pessoal aguardando aposentação	8.274,41	13.627,99	5.353,58	64,70%
Pessoal em qualquer outra situação	43.960,25	43.960,25	0,00	0,00%
Representação	127.221,65	134.628,29	7.406,64	5,82%
Subsídio de refeição	1.296.867,70	1.340.049,69	43.181,99	3,33%
Subsídio de férias e Natal	2.868.813,52	2.887.785,42	18.971,90	0,66%
Abonos variáveis ou eventuais	1.790.895,05	1.868.814,93	77.919,88	4,35%
Segurança Social	4.497.293,09	4.843.589,35	346.296,26	7,70%
Encargos com a saúde	1.130.392,83	923.476,01	-206.916,82	-18,30%
Outros encargos com a saúde	282.844,59	283.746,52	901,93	0,32%
Subsídio familiar e à criança	186.752,84	207.412,24	20.659,40	11,06%
Outras prestações familiares	18.097,85	19.010,51	912,66	5,05%
Contribuições para a Segurança Social	2.633.774,56	3.013.087,46	379.312,90	14,40%
Acidentes em serviço		542,92	542,92	
Outras pensões	15.631,71	21.247,95	5.616,24	35,93%
Seguros	229.828,91	175.065,74	-54.763,17	-23,83%

O aumento das despesas com o pessoal deve-se sobretudo:

- Contribuições para a segurança social mais 379 mil euros;
- Pessoal do quadro mais 296 mil euros.

As restantes rubricas registam pequenas alterações. No seu total, as despesas com o pessoal têm um aumento de 1,1%.

Aquisição de Bens e Serviços



As despesas com aquisição de bens e serviços totalizam 29,3 m.e., representam 38,6% do total das despesas correntes e evoluíram 22,3% em relação ao ano transacto.

Este aumento deve-se essencialmente aos pagamentos com os encargos com as instalações, nomeadamente Água de espaços públicos, que regista + 4 m.e que 2006, este facto deve-se a acertos de contas relativos a consumos, não só do próprio ano como de anos anteriores.

	2006	2007	Var. absoluta	Var. %
Aquisição de bens e serviços	23.928.322,03	29.266.759,77	5.338.437,74	22,31%
Aquisição de bens	4.272.173,96	4.009.716,90	-262.457,06	-6,14%
Matérias primas e subútilidades	816.956,10	857.055,25	40.099,15	4,91%
Combustíveis e lubrificantes	2.133.226,33	1.819.480,98	-313.745,35	-14,71%
Alimentação - géneros perecíveis	213.922,82	308.248,78	94.325,96	44,09%
Material de escritório	138.304,53	179.605,81	41.301,28	29,86%
Outros bens	816.791,25	530.450,22	-286.341,03	-35,06%
Aquisição de serviços	19.656.148,07	25.257.042,87	5.600.894,80	28,49%
Encargos de instalações	5.705.086,43	9.005.525,69	3.300.439,26	57,85%
Limpeza e higiene	813.410,12	648.872,29	-164.537,83	-20,23%
Conservação de bens	584.587,93	1.393.718,00	809.120,07	138,41%
Locação de edifícios	595.237,06	606.779,98	11.542,92	1,94%
Comunicações	893.940,73	604.020,58	-289.920,15	-32,43%
Transportes	1.832.612,97	1.685.054,54	-147.558,43	-8,05%
Seguros	420.886,00	327.514,59	-93.371,41	-22,19%
Outros trabalhos especializados	364.452,89	439.422,96	74.970,07	20,57%
Encargos de cobrança	1.013.388,59	1.251.170,73	237.782,14	23,46%
Outros Serviços	6.440.869,22	8.073.125,34	1.632.256,12	25,34%

No entanto se compararmos os valores previstos face aos realizados, encontramos um desvio -15,5 m.e, ou seja -34,6%. Este desvio deve-se essencialmente às despesas com aquisição de serviços (-14,4 m.e), nomeadamente:

- Outros Serviços -10,6 m.e., sendo 3,7 m. e. referentes à Simtejo

- Encargos de Instalações -1,5 m.e., sendo 1,1 m.e. referentes a Água de Espaços Públicos
- Transportes 530 mil euros. correspondendo 525 mil euros a transportes escolares;

Na aquisição de serviços, os encargos com instalações representam 9 m.e., sendo:

- 5,7 m.e., correspondentes a água de espaços públicos;
- 1,4 m.e., electricidade de espaços públicos;
- 1 m.e., electricidade de instalações;
- 737 mil euros e água de instalações municipais;

Relativamente Outros Serviços realçam-se:

- Smas;
- ValorSul;
- SimTejo;
- Contrato com a Xerox;
- Serviço de apoio de apoio à família / refeições;

	COMPARAÇÃO				
	ACTUAL	PREVISTO	COMPROVADO	LÍQUIDO	PREVISTO
02 AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	44.771,62,53	43.946,48,88	43.032,24,11	23.228,73,77	23.228,73,77
0201 AQUISIÇÃO DE BENS	5.123,21,10	5.111,32,83	5.000,83,09	4.003,71,60	4.003,71,60
020101 MATERIAS PRIMAS E SUBSIDIÁRIAS	1.207,31,34	1.203,32,71	1.185,37,98	857,05,25	857,05,25
020102 COMESTÍVEIS E LÍQUIDOS	2.043,75,88	2.033,12,59	2.033,12,59	1.819,40,98	1.819,40,98
020103 ALIMENTAÇÃO GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	484,26,35	478,70,80	478,70,80	338,24,78	338,24,78
020104 MATERIAL DE ESCRITÓRIO	254,35,41	254,35,00	254,21,52	179,01,61	179,01,61
020121 OUTROS BENS	751,247,00	748,540,81	737,303,94	500,401,22	500,401,22
0202 AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	39.608,631,43	38.837,287,00	38.837,287,00	25.257,02,87	25.257,02,87
020201 ENCARGOS DE INSTALAÇÕES	10.532,421,30	10.253,283,35	10.253,283,35	9.005,525,69	9.005,525,69
020202 IMPRETAÇÃO E HONORÁRIOS	781,681,18	781,681,18	781,681,18	648,872,28	648,872,28
020203 OUTROS SERVIÇOS DE BENS	1.603,330,73	1.610,031,48	1.610,339,50	1.338,718,01	1.338,718,01
020204 LOCAÇÃO DE EDIFÍCIOS	662,338,60	662,338,60	662,338,60	603,778,89	603,778,89
020209 COMUNICAÇÕES	604,038,06	604,038,06	604,038,06	604,038,06	604,038,06
020210 TRANSPORTES	2.218,402,48	2.232,654,44	2.232,945,89	1.665,054,54	1.665,054,54
020212 SEGUROS	302,554,04	302,554,04	302,554,04	302,554,04	302,554,04
020220 OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS	818,912,53	810,228,33	810,228,33	459,422,68	459,422,68
020224 ENCARGOS DE COERÊNCIA	1.251,120,00	1.251,120,00	1.251,120,00	1.251,120,00	1.251,120,00
020225 OUTROS SERVIÇOS	18.644,678,19	18.232,401,28	18.229,915,18	8.073,125,34	8.073,125,34

Transferências Correntes

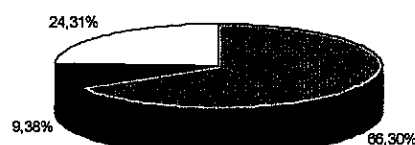
As transferências correntes representam 16,6% das despesas correntes, totalizando 12,6 m.e., cerca de +18,4% em relação ao ano transacto.

Assinale-se que 58% das transferências correntes foram efectuadas para as Juntas de freguesia no âmbito dos protocolos com as mesmas. Estas transferências representam cerca de 20,3% das Grandes Opções do Plano.

	2006	2007	Var. absoluta	Var. %
Transferências Correntes	10.640.311,41	12.562.343,78	1.922.032,35	18,35%
Estado	79.133,25	65.999,50	-13.133,75	-16,60%
Freguesias	6.918.378,48	7.302.200,67	383.822,19	5,55%
CCD	420.000,00	510.000,00	90.000,00	21,43%
Bombeiros	1.574.195,72	1.585.747,37	11.551,65	0,73%
Colectividades	948.410,30	233.332,90	-1.185.077,40	-125,05%
Instituições Diversas de Carácter Social	343.755,02	227.573,45	-116.181,57	-33,80%
Outras Instituições Particulares	799.594,23	2.404.788,18	1.605.193,95	200,75%
Famílias	109.888,00	65.934,00	-43.954,00	-40,00%

O aumento das transferências correntes deve-se essencialmente às transferências para Outras Instituições Particulares e Freguesias.

Despesas de Capital



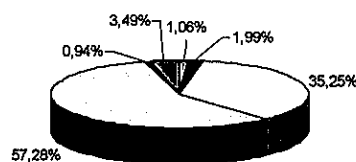
■ Investimentos ■ Transf. Capital □ Passivos Financeiros

As despesas de capital representam 32% do total das despesas.

	Valor (€)	Variação	
	2006	2007	%
Investimentos	24.058.022,37	23.698.458,66	-359.563,71 -1,49%
Terrenos	1.308.828,03	250.820,92	-1.058.007,11 -80,84%
Habituação	437.805,23	470.416,42	32.611,19 7,45%
Edifícios	8.994.851,36	8.352.581,45	-642.269,91 -7,14%
Construções Diversas	12.039.235,75	13.575.229,34	1.535.993,59 12,78%
Material de Transporte	66.833,50	223.445,40	156.611,90 234,33%
Maquinaria e Equipamento	1.210.468,50	825.985,13	-384.483,37 -31,76%
Transf. Capital	3.346.543,90	3.354.294,45	7.750,55 0,23%
Freguesias	2.469.259,60	2.305.589,38	-163.670,22 -6,63%
Outras	877.284,30	1.048.705,07	171.420,77 19,54%
Passivos Financeiros	668.000,33	0,00	-668.000,33 -100,00%
Total das despesas capital	33.526.732,24	35.742.204,53	2.215.472,29 6,61%

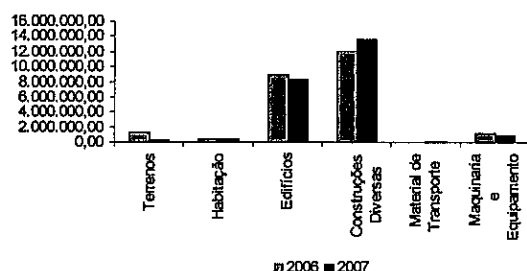
Investimentos

Os investimentos são os que têm maior peso nas despesas de capital, cerca de 66,3% e registam um decréscimo de 1,5% em relação ao ano transacto e representam 39,6% da execução total das Gops's de 2007.



■ Terrenos ■ Habituação
□ Edifícios □ Construções Diversas
■ Material de Transporte ■ Maquinaria e Equipamento

As construções diversas registam um acréscimo de 1,5 m.e., no entanto os terrenos e os edifícios registam decréscimos de 1,1 m.e. e 642 mil euros respectivamente.



Construções Diversas

Construções Diversas	2006	2007
Viadutos, arruamentos e obras comp.	9.192.230,35	7.469.083,33
Parques e jardins	1.983.704,14	3.017.544,59
Iluminação Pública	224.581,25	116.035,95
Sinalização e trânsito	318.535,75	358.520,02
Instalações Desportivas	65.836,13	2.601.612,70
Cemitérios	0,00	12.432,75
Outros	254.348,13	0,00
Total	12.039.235,75	13.575.229,34

Dos investimentos em Viadutos e Obras Complementares destacam-se em 2007:

- Requalificação Av. Estado da Índia, Praça da República e envolvente (EN10) – PROQUAL - Execução financeira de 72,2%, dotação de 3,9 m.e. e execução de 2,8 m.e.
- Via T7 (troço final) – execução financeira de 50%, dotação de 2,1 m.e. e execução de 1,1 m.e..
- Nó viário, intersecção EM 504 com EN 10, junto à travessia do Trancão – execução financeira de 96,3%, dotação e execução de 1,1 m.e..
- Alargamento da EN 115 com a EN 8 em Loures, rotunda da EN 115 com EN 8 - III troço, execução financeira de 78,9%, dotação 1,2 m.e. e execução de 922 mil euros.
- EM 506 entre Unhos e Sacavém (T5), execução financeira de 57,4%, dotação de 1,2 m.e. e execução de 709 mil euros.

Dos investimentos em Parques e Jardins, soblevam-se:

- Alargamento do parque da cidade, execução financeira de 95,2%, dotação e execução de 1,6 m.e..

Dos investimentos em instalações desportivas, salientam-se:

- Piscinas da Portela, execução financeira de 90,6%, dotação de 2,9 m.e. e execução de 2,6 m. e..

Edifícios

Edifícios	2006	2007
Instalações de Serviços	2.313.422,36	3.435.530,21
Instalações Desportivas	1.160.459,66	309.818,46
Escolas	1.203.070,84	881.120,37
Lares de Terceira Idade	233.755,98	10.796,75
Outros	4.084.142,52	3.715.295,66
Total	8.994.851,36	8.352.561,45

Dos investimentos em edifícios – outros - temos com maior relevância:

- Centro de saúde de Sacavém, com execução financeira de 90,7%, dotação de 2 m.e. e execução de 1,8 m.e..
- Quartel dos Bombeiros de Sacavém, com execução financeira de 76%, dotação de 2,1 m.e. e execução 1,6 m.e..

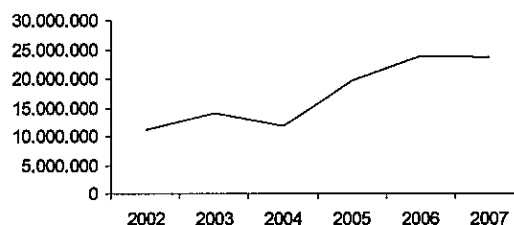
Dos investimentos em instalações de serviços temos com maior relevo:

- Arquivo municipal, com uma execução financeira de 98,1%, uma dotação e execução de 3 m.e..

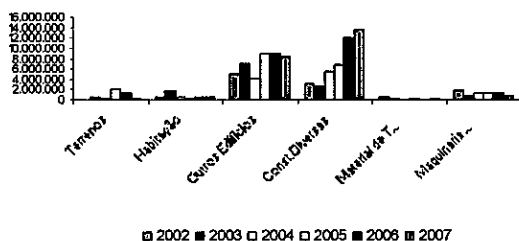
Dos investimentos em escolas, destacam-se os seguintes valores:

- Ampliação da escola de S. Julião do Tojal, com uma execução financeira de 100%, ou seja, 330 mil euros de dotação e de execução.
- Reparação/Beneficiação de equipamentos escolares, com uma execução financeira de 77,3%, com uma dotação de 505 mil euros e uma execução de 391 mil euros.

Evolução dos Investimentos



A rubrica de investimentos apresenta uma evolução positiva, à excepção do ano 2002, 2004 e 2007 onde se regista um pequeno decréscimo de 1,5% relativamente a 2006.



Transferências de Capital

As transferências de capital representam apenas 9,4% das despesas de capital, totalizando 3,4 m.e., cerca de +0,2% em relação ao ano 2006.

	2006	2007	Var. absoluta	Var. %
Transferências Capital	3.343.543,90	3.354.254,45	7.750,55	0,23%
Freguesias	2.458.258,60	2.305.589,38	-153.670,22	-6,33%
Bombeiros	241.378,36	332.311,75	90.933,39	37,67%
Instituições Diversas de Carácter Social (culros)	112.116,46	104.900,88	-7.135,58	-6,36%
Famílias	243.338,40	325.507,88	82.169,48	33,77%

Activos financeiros

Em 2007, não temos qualquer execução relativamente a activos financeiros. Em 2006 registaram-se 666 mil euros que respeitam ao aumento de capital no Mar, aprovado na 1ª reunião de Câmara a 05/01/2006.

Passivos Financeiros

Passivos	2006	2007	Var. absoluta	Var. %
Empréstimos a médio e Longo Prazo				
Habitação	1.165.493,55	814.726,04	-350.767,51	-30,10%
Investimentos Municipais	4.290.672,09	7.874.725,38	3.584.053,29	83,53%

Aquando da revisão orçamental de 2007/06/26 foram colocados nesta rubrica 2,4 m. e. para fazer face à amortização extraordinária do empréstimo do Totta no valor de 2,7 m. e. que se efectuou em 2007/08/06, daí um valor tão elevado relativamente a 2006.

Poupança Estrutural

	2006	2007	Var. absoluta	Var. %
RECEITA ESTRUTURAL	87.160.084,27	111.520.248,13	24.360.163,86	27,96%
DESPESA ESTRUTURAL	49.091.922,98	51.841.535,16	2.749.612,18	5,60%
POUPANÇA ESTRUTURAL	38.068.161,29	59.678.712,97	21.610.551,68	56,77%

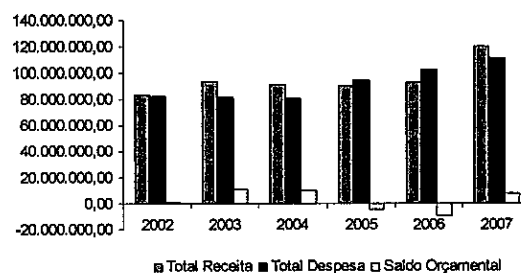
A poupança estrutural aumentou 56,8% em relação ao ano transacto, quando comparamos com 2006 verificamos que a nível da receita estrutural um aumento de

28%, representando em valor absoluto cerca de 24 m.e.. A nível da despesa estrutural temos um aumento de 5,6%, que representa 2,7 m.e..

Saldo Orçamental

O saldo orçamental em 2007 é de 8,2 m. e., mais 17,6 m.e. que em 2006 onde se tinha registado um saldo negativo de 9,4 m.e., pois a receita total atingiu 93,1 m.e. e o total da despesa era de 102,5 m.e..

	2006	2007	Var. absoluta	Var. %
Receitas Correntes	79.615.436,00	104.137.855,78	24.322.359,78	30,47%
Receitas de Capital	13.288.576,00	15.684.382,80	2.395.806,80	18,03%
Total Receita	93.104.072,00	119.822.238,58	26.718.166,58	28,70%
Despesas Correntes	68.961.639,00	75.899.576,71	6.937.937,71	10,06%
Despesas de Capital	33.526.732,00	35.742.204,53	2.215.472,53	6,61%
Total Despesa	102.488.371,00	111.641.781,24	9.153.410,24	8,93%
Saldo Orçamental	-9.384.299,00	8.180.457,14	17.564.756,14	187,17%



Saldo de Gerência

	2006	2007	Var. absoluta	Var. %
Saldo de gerência	9.882.254,31	18.149.534,01	8.267.279,70	83,66%

O saldo de gerência em 2007 é de 18,1 m.e., mais 8,3 m.e. que em 2006 que se situava nos 9,9 m.e..

Equilíbrio entre receitas e despesas

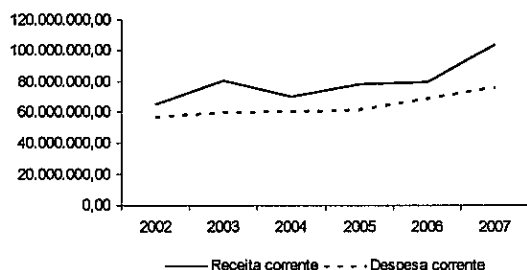
	Receita	Despesa	Diferença
Correntes	104.137.855,78	75.899.576,71	28.238.279,07

A poupança corrente foi de 28,2 m.e., cumprindo-se o princípio do equilíbrio previsto no POCAL.

	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Receita corrente	65.155.739,57	80.360.077,53	70.238.811,40	73.191.922,77	79.615.436,00	104.137.855,78
Despesa corrente	57.276.894,66	60.256.479,57	60.575.833,63	61.337.891,89	68.961.639,00	75.899.576,71
Equilíbrio Orçamental	7.878.844,91	20.103.597,96	9.662.977,77	11.854.030,88	10.653.797,00	28.238.279,07
Rácio de cobertura de despesa corrente pela receita corrente	1,14	1,33	1,16	1,27	1,16	1,37

Ao analisarmos o quadro acima verificamos que ao longo destes 6 anos, o princípio do equilíbrio orçamental foi verificado, tendo o

rácio de cobertura da despesa corrente pela receita corrente registado os valores mais elevados em 2003 e 2007.



Evolução da Dívida Bancária Municipal

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA MUNICIPAL	2007
Capital em Dívida a 01/01/2007	59.576.588,95
Receitas provenientes de empréstimos	0,00
Amortização de capital	8.689.451,42
Capital em dívida a 31/12/2007	50.887.137,53

Endividamento Municipal

Na Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro (Lei das Finanças Locais) e no artigo 33º da Lei n.º 53-A/2006, de 29 de Dezembro, que aprovou o Orçamento de Estado para 2007. Os limites de endividamento para 2007 têm a seguinte demonstração (DGAL):

Limite de Endividamento	MONTANTE 2006
1) IMI 2006	18.516.588,00
2) IMT 2006	16.070.159,00
3) IMV 2006	3.045.787,00
4) CA 2006	1.165.433,00
5) SISA 2006	1.199.253,00
6) Derrama 2006	7.354.818,00
7) SEL 2006	155.927,00
8) FEF OE/2007	19.606.810,00
9) Total das receitas a considerar para efeitos de cálculo dos limites de endividamento	67.114.575,00
10) Limite de endividamento a curto prazo = 10% x 9)	6.711.457,50
11) Limite de endividamento de médio e longo prazos = 100% x 9)	67.114.575,00
12) Limite ao endividamento líquido = 125% x 9)	83.893.218,75

Verificação do cumprimento dos limites	MONTANTE 2006
13) Endividamento Líquido no final do ano 2006 CML	39.575.636,00
14) Endividamento Líquido no final do ano 2006 - Smas	-7.349.489,85
15) Endividamento Líquido no final do ano 2006 - Geslours	610.473,27
16) Endividamento Líquido no final do ano 2006 - Louresparque	n.a.
17) Total do endividamento líquido	32.836.639,62

* Este valor incluía a conta 414 (que representava 40,1 m.e.), no entanto a DGAL veio esclarecer que, o conceito de endividamento líquido municipal, nos termos da LFL (n.º 1 do art.º 36.º), é compatível com o conceito de necessidade de financiamento do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais (SEC 95). Deste modo a conta 414 (investimentos financeiros/Investimentos em Imóveis) não é considerada no mapa enviado à DGAL relativo ao endividamento, dado que,

nesta óptica, os investimentos financeiros em imóveis não são considerados verdadeiros activos financeiros mas sim equivalentes a imobilizado corpóreo.

Estamos pois dentro do limite de endividamento estipulado por lei.

No que diz respeito aos limites previstos para 2008, verificamos que estamos igualmente dentro dos limites.

De notar que os valores da Geslours ainda não se encontram disponíveis, no entanto não se prevê que tal facto possa afectar o cumprimento dos limites estipulados por lei. Estes valores já são calculados segundo as orientações da DGAL, não se verificando a inclusão da conta 414, como foi referido acima.

Limite de endividamento para 2008	MONTANTE 2007
1) IMI 2007	22.812.998
2) IMT 2007	23.189.571
3) IMV 2007 + IUC 2007	2.768.514
4) CA 2007	515.488
5) SISA 2007	781.530
6) Derrama 2007	7.613.126
7) SEL 2007	0
8) FEF OE/2008	21.629.072
9) Total das receitas a considerar para efeitos de cálculo dos limites de endividamento	79.288.296
10) Limite de endividamento a curto prazo = 10% x 9)	7.928.830
Limite de endividamento de médio e longo prazos = 100%	
11) x 9)	79.288.296
12) Limite ao endividamento líquido = 125% x 9)	99.110.370

Verificação do cumprimento dos limites	MONTANTE 2007
13) Endividamento Líquido no final do ano 2007 - CML	52.506.618
14) Endividamento Líquido no final do ano 2007 - Smas	-13.787.893
15) Endividamento Líquido no final do ano 2007 - Geslours	*
16) Endividamento Líquido no final do ano 2006 - Louresparque	n.a.
17) Total do endividamento líquido	38.718.725

* Dados não disponíveis
n.a. - não aplicável

No entanto para que seja comparável com o ano anterior, se considerarmos a conta 414 (40,1m.e.), o endividamento seria de -1,3 m.e..

Execução Gop's

	DOTAÇÃO FINAL	EXECUÇÃO VALOR	TAXA	PESO RELATIVO
1. Funções gerais	12.135.315,86	10.317.829,20	85,02%	17,25%
1.1. Serviços gerais de administração pública	7.628.311,33	6.713.587,04	88,08%	11,23%
1.2. Segurança e ordem públicas	4.207.004,53	3.604.342,16	85,67%	6,03%
2. Funções sociais	33.194.199,38	20.887.310,25	62,92%	34,93%
2.1. Educação	10.247.589,89	8.435.555,94	82,32%	14,11%
2.2. Saúde	1.696.460,62	1.811.026,71	90,71%	3,03%
2.3. Segurança e acção social	124.176,00	122.438,44	98,60%	0,20%
2.4. Habitação e serviços colectivos	14.345.948,63	4.762.068,38	33,19%	7,68%
2.5. Serviços culturais, recreativos e relig.	6.480.014,44	5.756.192,78	88,83%	9,63%
3. Funções económicas	12.641.402,62	8.825.853,50	69,82%	14,76%
3.1. Agricultura, pecuária, silvicultura, caça	106.250,94	101.888,30	95,86%	0,17%
3.2. Transportes e comunicações	12.358.237,80	8.578.600,48	69,43%	14,35%
3.4. Comércio e turismo	107.321,64	89.758,33	83,63%	0,15%
3.5. Outras funções económicas	71.592,24	55.618,41	77,88%	0,08%
4. Outras funções	20.794.285,55	19.769.143,13	95,07%	33,08%
4.1. Operações da dívida autárquica	11.368.098,58	10.368.590,42	91,19%	17,34%
4.2. Transferências entre administrações	9.426.218,97	9.402.582,71	99,75%	15,72%
TOTAL	78.765.204,41	58.800.248,08	75,92%	100,00%

A execução das Gop's em 2007 é de 75,9% destacando-se:

- A Educação com uma dotação de 10,2 m.e. e execução 8,4 m.e. representando 14,1% do total das GOP's, destacando -se:
 - Enriquecimento curricular, 1,8 m.e.;
 - Transportes escolares 1 m.e.;
 - Serviços de apoio à família 3,4 m.e.;
- Habitação e serviços colectivos com, com uma dotação de 14,3 m.e. e execução de 4,8 m.e., realçando-se:
 - Incentivos promoção e melhoria do parque habitacional 962 mil euros;
 - Criar, manter e preservar espaços verdes 3,1 m.e. (incluem-se aqui 1,6 m.e. com o alargamento do parque da cidade);
- Serviços culturais recreativos e religiosos, com uma dotação de 6,5 m.e. e execução de 5,8 m.e.;
 - Gestão de equipamentos e outras acções, 1 m.e.;
 - Construção, reparação e beneficiação de edifícios e colectividades, 2,9 m.e. (incluem-se aqui as piscinas da Portela com 2,6 m.e.);
- Transporte e comunicações, com uma dotação de 12,4 m.e. e execução de 8,6 m.e., representando 14,3% do total das GOP, onde se destacam;
 - Requalificação Avenida Estado da Índia, Praça da Republica e envolvente (EN10) PROQUAL, 2,8 m.e.;
 - Via T7 (troço final), 1,1 m.e.;
 - Nó viário intersecção em 504 com EN 10, junto à travessa do Trancão, 1,1 m.e.;
 - Alargamento da EN 115 e EN 8 em Loures rotunda da EN 115/EN 8 – III troço, 922 mil euros;
- Operações da dívida autárquica, com uma dotação de 11,4 m.e. e execução de 10,4 m.e.;
 - Juros – Instituições financeiras 1,7 m.e. (221 mil euros habitação e 1,5 m.e. investimentos municipais);
 - Amortização – Instituições financeiras 8,7 m.e. (813 mil euros e 7,9 m.e.);

- Transferências entre administrações, com uma dotação e execução de 9,4 m.e.;
 - Transferências para juntas de freguesia (7,1 m.e. transferências correntes e 2,3 m.e. transferências de capital);

Execução Sectorial

Execução /Dotação Final do Plano

	2002	2003	2004	2005	2006	2007
ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA						
Gabinete de Turismo	42,01%	69,83%	55,75%	75,38%	42,65%	83,63%
Gab. Assuntos Relig. e Sociais Específicos	34,32%	48,70%	30,08%	53,23%	68,92%	83,23%
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO						
Divisão Património Municipal	7,12%	98,84%	49,85%	70,38%	99,88%	100,00%
Divisão do Arquivo Municipal	38,60%	1,16%	20,32%	57,64%	98,96%	99,47%
DIVISÃO INFORMAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICA	43,81%	78,82%	55,44%	61,75%	71,04%	81,98%
DEPART. DE PLANEAMENTO ESTRATÉGICO						
Divisão Planeamento Equip. Infraestruturas	28,41%	28,08%	69,82%	98,80%	98,91%	100,00%
Divisão de Informação Georeferenciada	24,54%	27,87%	15,30%	22,55%	63,95%	84,93%
DIVISÃO DE RELAÇÕES EXT. E PROTOCOLO	53,78%	59,35%	61,20%	80,48%	44,57%	91,45%
DIVISÃO DE DIR. SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	75,25%	60,40%	34,85%	78,23%	60,41%	72,77%
DIVISÃO DE APROVISIONAMENTOS	59,01%	72,64%	48,52%	53,18%	50,10%	73,52%
DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS						
Direcção de Apoio Técnico-Administrativo	68,39%	70,93%	76,91%	88,55%	78,05%	68,38%
Divisão de Estudos e Projectos	77,45%	51,78%	53,16%	57,61%	46,68%	49,27%
Divisão de Equipamentos Colectivos	53,96%	52,68%	58,50%	80,80%	53,35%	87,52%
Divisão de Infraestruturas	83,78%	17,21%	40,20%	29,28%	62,55%	69,69%
Divisão Conserv. Manut. Equip. Infraestruturas	48,68%	72,64%	52,88%	55,55%	55,70%	68,15%
DEPARTAMENTO DE AMBIENTE						
Direcção de Apoio Técnico-Administrativo	80,97%	39,21%	33,90%	30,05%	36,45%	82,37%
Divisão Zonas Verdes	43,48%	51,67%	28,79%	41,16%	47,84%	80,86%
Divisão Limpeza Urbana	55,74%	40,11%	61,04%	21,16%	54,89%	59,86%
Divisão Serviços Urbanos	30,12%	49,24%	21,55%	28,58%	22,94%	47,84%
DEPARTAMENTO DE DES. SÓCIO-ECONÓMICO						
Divisão de Actividades Económicas	61,18%	55,78%	73,81%	85,57%	74,63%	77,37%
DEPARTAMENTO ADMINISTRAÇÃO URBANÍSTICA						
Direcção de Apoio Técnico-Administrativo	37,27%	27,52%	53,68%	34,62%	5,99%	37,76%
Divisão de Planeamento Urbanístico	40,52%	6,17%	33,44%	43,02%	0,00%	0,74%
Divisão Municipal Habitação	17,40%	46,52%	43,70%	45,45%	54,50%	10,42%
DEPARTAMENTO TRANSPORTES E OFICINAS						
Divisão de Transportes	64,04%	74,64%	34,38%	43,81%	45,25%	75,02%
Divisão de Oficinas	63,97%	85,30%	40,56%	78,98%	78,12%	79,43%
DEPARTAMENTO SOCIO CULTURAL						
Direcção de Apoio Técnico-Administrativo	49,55%	69,07%	64,55%	74,70%	73,38%	90,21%
Divisão Património Cultural	36,55%	42,51%	50,18%	53,04%	66,78%	89,64%

Da execução sectorial destacam-se as unidades orgânicas com a seguinte gestão dos projectos:

- Divisão Património Municipal – terrenos parque empresarial;
- Divisão Informação e Relações Públicas – Festas de Loures, Publicidade, Produção Gráfica;
- Divisão Planeamento Equipamento Infraestruturas – RAME;
- Divisão de Organização e Sistemas de Informação –
 - contratos de manutenção;
 - aquisição de hardware;
 - aquisição e licenciamento de software;
- Divisão de Aprovisionamentos – Aquisição de materiais para administração directa;
- Departamento de obras Municipais – Direcção, apoio técnico e administrativo – programa de requalificação de infra-estruturas;

- Divisão de Equipamentos Colectivos
 - piscinas da Portela;
 - quartel dos bombeiros de Sacavém;
 - centro de saúde Sacavém;
 - arquivo municipal;
- Divisão de Infraestruturas –
 - requalificação da Av. Estado Índia;
 - praça da Republica e envolvente (EN 10) PROQUAL;
 - nó viário intersecção EM 504 com EN 10 junto à travessia do Trancão;
 - via T7 (troço final),
 - alargamento da EN 115 com EN 8 em Loures, rotunda da EN 115/EN 8 – III troço;
 - EM 506 entre Unhos e Sacavém;
- Divisão de conservação, manutenção de equipamentos e infraestruturas;
 - Reparação e beneficiação edifícios camarários
 - Reparação/beneficiação de equipamentos escolares;
- Divisão de Zonas Verdes;
 - Alargamento do parque da cidade;
 - Reconstrução do espaço envolvente da igreja de Moscavide;
- Divisão Municipal de Habitação;
 - Per famílias;
 - Património camarário indiferenciado;
 - Conservação e manutenção de elevadores;
 - Condomínios;
 - Material para administração directa;
 - Melhoria do parque habitacional – Portela/quinta da Vitória;
 - Melhoria do parque habitacional – Sacavém/Quinta do Mocho;
- Divisão de Transportes;
 - Transportes de trabalhadores;
 - Aquisição de máquinas de obras;
- Divisão de Educação e Juventude;
 - Transportes escolares;
 - Serviço de apoio à família;
 - Enriquecimento curricular;

- Serviço Municipal de Protecção Civil;
 - Transferências para gestão corrente - Bombeiros

Execução PPI

	DOTAÇÃO FINAL	EXECUÇÃO VALOR	TAXA RELATIVO	PESO
1. Funções gerais	7.000.233,59	5.921.461,90	84,52%	24,96%
1.1. Serviços gerais de administração pública	4.759.441,90	4.228.817,90	88,85%	17,84%
1.2. Segurança e ordem públicas	2.246.791,69	1.692.644,00	75,34%	7,14%
2. Funções sociais	19.692.318,91	9.814.277,46	49,86%	41,41%
2.1. Educação	1.440.038,97	1.118.402,85	77,68%	4,72%
2.2. Saúde	1.957.085,49	1.783.078,30	90,85%	7,52%
2.3. Segurança e acção social	12.534,31	10.796,75	86,14%	0,05%
2.4. Habitação e serviços colectivos	12.487.094,63	3.840.659,51	29,10%	15,36%
2.5. Serviços culturais, recreativos e relig.	3.775.573,52	3.261.340,05	86,38%	13,78%
3. Funções económicas	11.506.682,84	7.662.719,30	66,19%	33,60%
3.1. Agricultura, pecuária, silvicultura, caça	1.725,46	575,98	33,39%	0,00%
3.3. Transportes e comunicações	11.506.744,13	7.961.820,09	69,19%	33,60%
3.5. Outras funções económicas	233,25	223,25	100,00%	0,00%
TOTAL	38.197.243,33	23.988.458,66	62,04%	100,00%

O PPI apresenta uma execução de 62% pois de uma dotação de 38,2 m.e. executou-se 23,7 m.e. Destacam-se:

- Transportes e comunicações com um peso de 33,6% pela razão já mencionada anteriormente;
- Serviços Gerais da Administração Pública com um peso de 17,8% no total do PPI com especial relevo para o Arquivo Municipal.

Rácios

Ano	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Impostos Directos/Receitas Correntes	0,59	0,57	0,63	0,60	0,62	0,57
Impostos Directos/Receitas Totais	0,46	0,49	0,48	0,53	0,53	0,49
Impostos Indirectos + Taxas/Receitas Totais	0,09	0,19	0,06	0,07	0,08	0,12
Transf. Correntes/Receitas Correntes	0,17	0,15	0,18	0,19	0,18	0,18
FGM+FB* (Corrente)/Receitas Correntes	0,16	0,14	0,16	0,15	0,15	0,15
Transf. Capital/Receitas Capital	0,51	0,7	0,43	0,91	0,84	0,57
FGM+FB* (Corrente + Capital)/Receitas Totais	0,21	0,2	0,27	0,22	0,21	0,16
Empréstimos ML/Prazo/Receitas Totais	0,1	0,04	0,13	0,00	0,00	0,00
Receitas Correntes/Receitas Totais	0,78	0,86	0,77	0,87	0,86	0,87
Pessoal/Despesas Correntes	0,43	0,46	0,48	0,48	0,44	0,40
Pessoal/Despesas Totais	0,29	0,34	0,35	0,31	0,29	0,27
Aq. Bens e Serviços/Despesas Correntes	0,37	0,34	0,34	0,31	0,35	0,39
Encargos Financeiros/Despesas Correntes	0,03	0,03	0,02	0,03	0,02	0,03
Investimentos/Despesas Capital	0,44	0,65	0,58	0,60	0,72	0,66
Passivos Financeiros/Despesas de Capital	0,15	0,21	0,2	0,17	0,16	0,24
Despesas Correntes/Despesas Totais	0,69	0,73	0,75	0,65	0,67	0,68

Rácios Económicos:

- O peso com as despesas de pessoal em 2007 (40,1%) nas despesas correntes diminui, pois este apenas aumentou 1,1% face ao aumento de 10,1% das despesas correntes;
- O aumento do peso do investimento (66,3%) nas despesas de capital diminuiu em relação ao ano transacto, pois o investimento diminuiu 1,5% face ao aumento de 6,6% de despesas de capital;
- Diminuição do peso das transferências de capital (+0,2%)

face às receitas de capital, pois estas últimas aumentaram 18%;

- Aumento dos passivos financeiros +59,3% (representam 24,3% das despesas de capital), relativamente ao aumento das despesas de capital +6,6%.

Rácios financeiros:

Anos	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Pessoal/Receitas Correntes	0,37	0,34	0,41	0,38	0,38	0,29
Pessoal/Receitas Correntes (ano n-1)	0,38	0,42	0,38	0,38	0,38	0,38
FGM+FB* (Capital)/Despesas Totais	0,09	0,09	0,08	0,08	0,08	0,03
FGM+FB* (Capital)/Investimentos	0,64	0,52	0,64	0,39	0,32	0,15
Amortização e Juros/Receitas Totais	0,07	0,07	0,06	0,08	0,07	0,09
Amortização e Juros/Investimentos (ano n-1)	0,25	0,60	0,39	0,61	0,35	0,46
Despesas Correntes/Receitas Correntes	0,88	0,75	0,85	0,78	0,85	0,73
Despesas Capital/Receitas Capital	1,4	1,63	0,98	2,8	2,52	2,28
Investimentos/Receitas Totais	0,13	0,15	0,13	0,22	0,28	0,20

* FEF em 2007

- FGM+FB (FEF 2007) diminuiu, porque com a nova Lei das Finanças Locais, parte deste fundo que estava em transferência de capital passou a ser transferência corrente, daí que estes rácios apresentem valores inferiores em 2007.
- Amortização e juros aumentaram em relação aos investimentos, daí o aumento do rácio relativamente em 2006

Meios Humanos:

Meios Humanos	2002	2003	2004	2005	2006	2007
População / Trabalhadores do Município	117	117	116	116	120	119
Despesas de Pessoal % População	122,39 €	139,09 €	144,80 €	148,91 €	151,38 €	152,98 €
Despesas de Pessoal % Trabalhadores do Município	14.270,80 €	16.210,29 €	16.946,59 €	17.191,62 €	18.121,12 €	18.288,25 €

*Em 2002 as avenças não estão incluídas em despesas com pessoal mas sim em aquisição de serviços

Após leitura do quadro anterior, concluímos que os valores aumentaram em relação aos anos antecedentes devido:

- Diminuição dos trabalhadores em geral do Município;
- As despesas com o pessoal aumentaram 1,1%;
- A despesa com pessoal do quadro aumentou 1,9%;

Equilíbrios Legais:

Equilíbrios Legais	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Despesa / Pessoal do quadro (total) / Receitas Correntes do ano anterior (<60%)	26,90%	27,77%	23,83%	21,28%	19,41%	19,44%
Receitas Correntes / Despesas Correntes (>100%)	113,78%	133,42%	115,95%	127,78%	115,74%	137,20%

Os rácios referentes ao equilíbrio legal têm tido um comportamento variável, mas têm-se

mantido dentro dos parâmetros legais, destacamos:

- Aumento de 11,7% das receitas correntes de 2004 para 2005;
- Aumento da despesa corrente de 2005 para 2006, cerca de 12,3%;
- Aumento de 10,1% das receitas correntes relativamente ao ano de 2006;

Meios Financeiros:

Meios Financeiros	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Impostos Directos / População	193,81 €	229,54 €	221,51 €	237,94 €	247,54 €	236,08 €
Aquisição de Bens e Serviços / Investimento / População	108,62 €	103,45 €	102,13 €	94,50 €	120,21 €	147,03 €
Despesas de Funcionamento / Var. Receita Total / Receita Total Ano Anterior	316,03 €	209,97 €	214,62 €	214,85 €	244,35 €	250,43 €
Var. Despesa Total / Despesa Total Ano Anterior	-14,28%	12,48%	-2,60%	-1,24%	3,21%	28,70%
Empréstimos / Investimentos	45,55%	27,48%	55,49%	0,00%	0,00%	0,00%
Investimento / Gop's	58,01%	34,98%	30,86%	38,36%	45,36%	39,63%
Receitas Prioritárias / Gop's	274,79%	170,91%	150,48%	128,05%	127,80%	160,02%
Juros Pagos / Capital em Dívida	2,55%	2,57%	1,89%	2,44%	2,35%	3,30%

Dos rácios referentes aos meios financeiros destacam-se:

- Aumento desde 2004 do peso dos impostos directos na população;
- Aumento das aquisições de bens e serviços desde 2005;
- Aumento das despesas de funcionamento desde 2003;
- Aumento do investimento 2004 a 2006 e um ligeiro decréscimo em 2007;
- Aumento do peso do investimento nas Gop's de 2004 a 2006 e um decréscimo em 2007, devido ao aumento da execução das Gop's e ligeiro decréscimo de investimento;

Indicadores de eficiência

Indicadores de Eficiência	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Receita Total / Receita Final	58,28%	86,67%	79,52%	65,54%	65,16%	63,61%
Despesa Total / Despesa Total Orçamentada	57,83%	75,83%	70,70%	69,55%	71,74%	77,90%
Investimento / Investimento Final	21,31%	49,59%	45,88%	46,58%	57,50%	62,04%
GOP's / GOP's dotação Inicial Total	28,02%	49,55%	58,65%	66,08%	79,65%	96,72%
GOP's / GOP's dotação Definitiva Final	29,00%	64,92%	60,23%	63,48%	69,43%	75,92%
Empréstimos / Empréstimos Finais	36,80%	23,78%	100,00%	-	-	-
Fundos Comunitários / Fundos Comunitários Finais Previstos	11,65%	14,75%	6,97%	7,34%	11,26%	56,08%

Dos rácios de eficiência destacam-se:

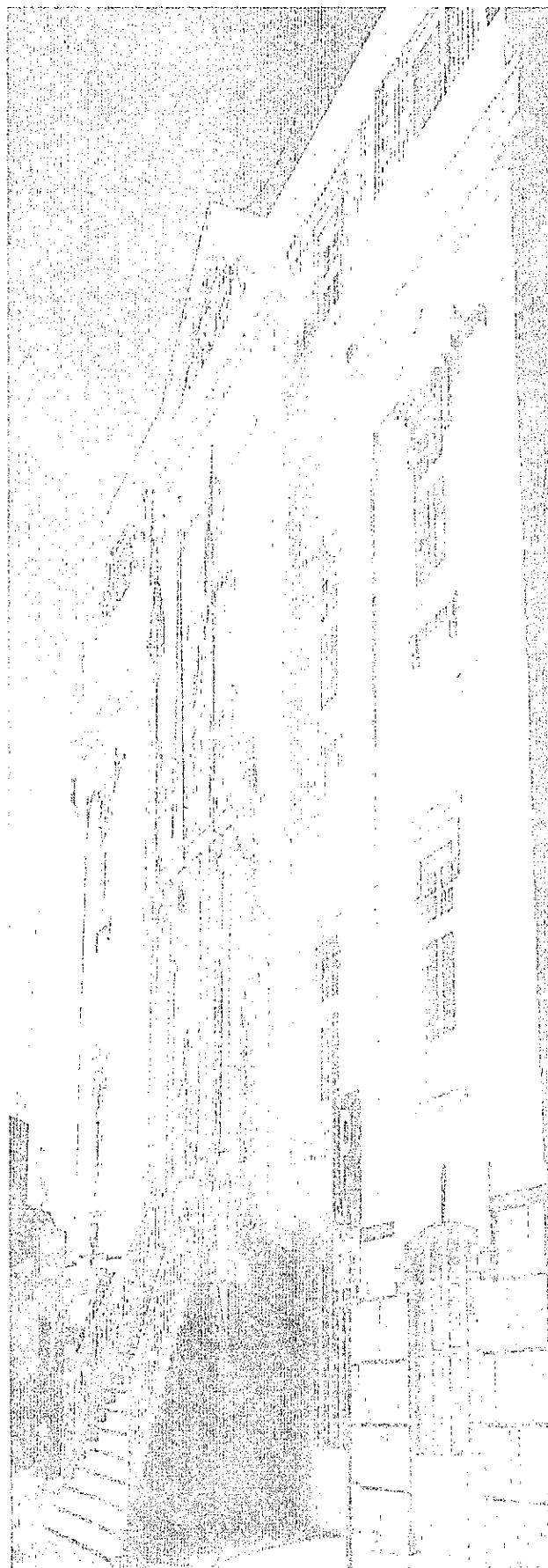
- Aumento do peso do investimento face ao investimento previsto;
- Aumento da execução das Gop's desde 2002 face à dotação inicial;
- Aumento da execução das Gop's desde 2004 face à dotação final;

- Melhoria dos fundos arrecadados face aos fundos previsto, principalmente em 2007 com um desvio de 43,9%;

Indicadores de eficiência / produtividade

Indicadores de Eficiência / Produtividade	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Investimento / Despesas do Pessoal	0,466	0,509	0,412	0,668	0,798	0,778
Investimento / Empréstimos Utilizados	0,139	0,173	0,133	0,224	0,287	0,283
Investimento / Despesas de Funcionamento	0,178	0,337	0,278	0,462	0,486	0,457
Plano / Despesas de Funcionamento	0,315	0,963	0,901	1,205	1,090	1,154
Receita Total Cobrada / Trabalhadores do Município	48.842,11 €	54.508,64 €	53.386,81 €	52.355,98 €	55.965,61 €	71.878,97 €
Despesas de Funcionamento / Trabalhadores do Município	35.853,05 €	24.470,91 €	23.527,66 €	24.821,37 €	29.753,01 €	31.098,70 €
Investimentos / Trabalhadores do Município	6.489,45 €	8.243,98 €	6.942,28 €	11.477,07 €	14.465,64 €	14.218,23 €
Despesas de Formação / Total de Participantes	42,88	49,71	55,17	45,43 €	-	-

Evolução da Situação Económica e Financeira

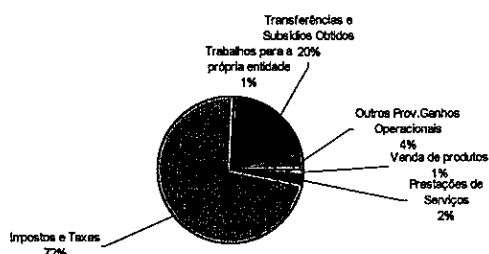


Evolução da Situação Económica e Financeira

Análise económica

Proveitos

PROVEITOS OPERACIONAIS	2006	2007
Venda de mercadorias	61.898,61	50.763,97
Venda de produtos	1.437.272,19	1.445.975,45
Prestações de Serviços	1.819.570,91	2.497.123,06
Impostos e Taxas	59.503.566,20	85.187.723,54
Trabalhos para a própria entidade	923.482,82	1.056.187,18
Proveitos suplementares	169.331,74	184.719,15
Transferências e Subsídios Obtidos	21.792.808,04	22.986.790,32
Outros Prov.Ganhos Operacionais	4.477.887,31	4.230.359,60
Total	90.185.617,82	117.639.642,27



Em 2007 os proveitos operacionais totalizam 117,6m.e., apresentando um crescimento de +30,4% em relação ao ano transacto.

Destacam-se os impostos e taxas, com cerca de +25,7m.e. em relação ao ano 2006 e as transferências e subsídios obtidos que representam 19,5% do total dos proveitos operacionais.

Os impostos e taxas representam 72,4% dos proveitos operacionais. Contudo no ano transacto representavam 66% (-6,4%).

	2006	2007
Impostos e Taxas	59.503.566,20	85.187.723,54
Impostos directos	47.405.530,64	59.981.902,71
Outros	10.818.840,28	25.365.681,12
Execução de obras	4.328.067,74	5.245.429,17
Realização de infraestruturas	5.182.463,61	18.969.584,08
Taxas	1.279.195,28	1.168.228,90

O aumento substancial dos impostos e taxas deve-se essencialmente aos impostos directos e à realização de infraestruturas.

	2006	%	2007	%
Impostos e Taxas	59.503.566,20	100,00%	85.187.723,54	100,00%
Impostos Directos	47.405.530,64	79,67%	59.981.902,71	70,41%
Imposto Municipal s/ Imóveis	19.296.487,82	32,43%	23.455.543,82	27,53%
Imposto Municipal s/ Veículos	3.048.363,21	5,12%	2.789.636,98	3,27%
Imposto Municipal s/ Transm. Onerosas	15.198.577,51	25,54%	24.869.584,64	29,19%
Derrama	7.364.817,50	12,36%	7.639.627,04	8,97%
Impostos Abolidos	2.509.264,60	4,22%	1.146.313,12	1,35%
Outros impostos directos	0,00	0,00%	81.218,11	0,10%

Os impostos directos representam 70,4% dos impostos e taxas.

Destes impostos evidenciam-se:

- +9,7m.e. de Imposto Municipal sobre transmissões onerosas de imóveis;
- +4,2m.e. de Imposto Municipal s/ imóveis.

	2006	%	2007	%
Outros Impostos	10.818.840,28	100,00%	25.365.681,12	100,00%
Execução de obras	4.328.067,74	40,00%	5.245.429,17	20,68%
Realização de Infraestruturas	5.182.463,61	47,90%	18.969.584,08	74,78%
Diversos	536.347,92	4,96%	689.107,96	2,72%
Taxas	1.279.195,28	11,82%	1.168.228,90	4,61%

Os Outros Impostos representam 29,8% dos impostos e taxas.

Destes destacam-se:

- +13,8m.e. de impostos para realização de infra-estruturas;
- +0,9m.e de impostos para execução de obras.

Da Realização de infra-estruturas salientam-se:

- 9,1m.e referente a acréscimo de proveitos reconhecidos em 2007 relativos a taxas municipais de infra-estruturas;
- 9,1m.e referente ao alvará de loteamento/obras de urbanização, 5ª e 6ª fase (Infantado);

As **taxas** representam apenas 1,4% do total dos impostos e taxas, pois totalizam apenas 1,2m.e.. Destes 1m.e respeita a loteamento e obras (88,3%).

Os proveitos relativos às Prestações de serviços cresceram 37,2%, ou seja, +0,6m.e. em relação ao ano 2006. Destes 0,5m.e respeitam a prestações familiares/pré-escolar.

	2006	2007
Transferências e subsídios obtidos	21.792.808,04	22.986.790,32
Orçamento do estado	21.792.808,04	22.924.301,22
Transferências correntes	14.026.230,04	19.354.811,22
Fundo Geral Municipal	11.001.707,00	
Fundo Base Municipal	648.161,00	
FEF		6.000.932,00
Outras transferências correntes	2.376.362,04	3.317.691,22
Fundo social Municipal		2.377.132,00
Participação fixa no IRS		7.659.056,00
Transferências de capital	7.766.578,00	3.569.490,00
Fundo Geral Municipal	7.334.471,00	
Fundo Base Municipal	432.107,00	
FEF		3.569.490,00
Famílias		10.000,00
Feder		52.489,10

As transferências e subsídios obtidos representam 19,5% do total dos custos operacionais. No entanto no ano transacto representam 24,2% (+4,7%).

Dos 23m.e. registados em Transferências e Subsídios Obtidos, 19,4m.e. são provenientes de transferências correntes e 3,6m.e. de transferências de capital.

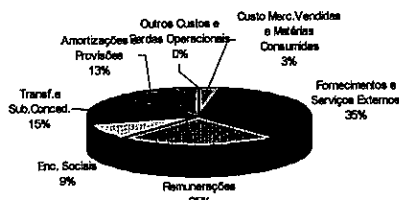
As transferências obtidas do Orçamento de Estado cresceram 5,2% em relação ao ano transacto. As transferências correntes aumentaram 38% e as transferências de capital diminuíram 54%.

Acrescenta-se que as transferências do orçamento de Estado encontram-se descritas na lei n.º2/2007 de 15/01 (lei das Finanças Locais) que prevê um novo sistema de financiamento autárquico e redefine o método de participação das autarquias nos impostos do estado.

Os Outros Proveitos e Ganhos Operacionais registam 4,2m.e. Estes compreendem essencialmente a facturação de tarifas de águas residuais referente à quota parte da cobertura dos custos do sistema de gestão em alta do Município (SMAS - Serviços Municipalizados de Água e Saneamento).

Custos

CUSTOS E PERDAS OPERACIONAIS	2006	2007
Custo Merc.Vendas e Matérias Consumidas	2.591.133,79	2.559.588,26
Fornecimentos e Serviços Externos	25.703.208,59	28.908.855,77
Remunerações	20.058.573,31	20.409.800,80
Enc. Sociais	7.327.634,89	7.294.880,35
Transf.e Sub.Conced.	10.920.857,82	12.842.141,87
Amortizações e Provisões	11.806.268,83	11.177.920,31
Outros Custos e Perdas Operacionais	422.284,18	58.951,08
Total	78.831.961,41	83.252.136,44



Os custos operacionais totalizam 83,3m.e, cerca de +4,4 m.e. em relação ao ano 2006. Realçam-se:

- Fornecimentos e serviços externos representam 34,7% do total dos custos operacionais e totalizam 28,9m.e;
- Transferências e subsídios concedidos apresentam um peso de 15,4% do total dos custos operacionais face a 13,9% (ano 2006). Destacam-se 7,3m.e. para Freguesias e 4,8m.e. para instituições particulares.

Dos 28,9m.e. de fornecimentos e serviços externos destacam-se:

- 2,6m.e. em avenças (prestação de serviços);
- 2,5m.e. em água;
- 2,5m.e. em electricidade;
- 12,5m.e. em outros fornecimentos que incluem serviços da xerox, refeições, saneamento -recolha e tratamento de efluentes /Simtejo.

	2006	2007
62 Fornecimento e Serviços Externos	25.703.208,59	28.908.855,77
62211 Electricidade	2.254.168,13	2.475.055,91
62212 Combustíveis	75.873,00	74.903,92
62213 Água	2.621.406,71	2.479.448,92
62217 Material escritório	80.926,65	114.919,39
92219 Rendas e alugueres	634.291,24	660.547,56
62222 Comunicação	744.980,49	690.790,90
62223 Seguros	380.924,02	339.839,77
62229 Honorários	2.807.559,54	2.687.138,93
62232 Conservação e reparação	871.382,69	1.660.435,00
62233 Publicidade e propaganda	109.178,82	133.181,94
62234 Limpeza, higiene e conf.	645.089,05	663.612,25
62235 Vigilância e segurança	341.767,57	451.490,28
62236 Trabalhos especializados	685.617,80	475.168,05
62237 Transportes escolares	1.481.005,11	1.473.234,72
62238 Refeitório	221.277,78	249.470,97
62290 Encargos de cobrança	974.239,10	1.273.472,12
62298 Outros fornecim. e serviços	10.333.125,86	12.632.872,57
62299 Locação	201.717,17	147.112,39

Os custos com a conservação e reparação aumentaram 0,8m.e. Estes incluem a conservação e reparação de viaturas, equipamentos e outros. Neste ultimo encontram-se pequenas conservações e reparações nomeadamente no posto de atendimento ao cidadão no Loureshopping, piso sintético concepção/execução de piso em campos de futebol: Sport grupo Sacavenense e "Os Bucelenses" e ainda em lotes (edifícios) na Quinta das Sapateiras.

As remunerações e os encargos sociais registam apenas um aumento de 1,2% pois apesar das remunerações evoluírem 1,8% os encargos sociais diminuíram 0,4%.

Estas representam 29,6% do total dos custos.

	2006	2007
64 Custos com o pessoal	27.386.205,20	27.704.681,15
641 Remun. Membros dos Orgaos	197.418,05	206.240,35
642 Remun. Pessoal	19.861.155,26	20.203.580,45
643 Pensões	15.631,71	21.247,95
644 Subsídios	3.025.769,60	2.934.140,44
645 Encargos s/remuner.	2.484.080,96	3.082.882,74
646 Seguros acid.trabalho e doenças prof.	229.828,91	197.577,46
648 Outros custos c/pessoal	1.572.323,71	1.059.031,76

Os outros custos e perdas operacionais diminuíram 0,4m.e. pois em 2006 alguns reembolsos de impostos e taxas encontram-se aqui registados (insuficiência orçamental).

Provisões do Exercício

	2006	2007
67 Provisões do exercício	3.290.903,25	3.951.417,73
671 cobranças duvidosas	1.959.903,25	1.722.000,26
672 Riscos e encargos	1.331.000,00	2.229.417,47

Aumento de 0,9m.e. em riscos e encargos em relação ao ano transacto. Destas provisões salientam-se:

- 1,3m.e para fazer face a encargos futuros com a gestão urbana que é da responsabilidade do Município e está a ser assegurada pela Parque Expo, SA.
- 0,9m.e de provisão para a Gesloures de acordo com o n.º2, artigo 31.º da Lei n.º 53-F/2006 de 29/12.

Custos e Perdas Financeiras

	2006	2007
68 Custos e Perdas Financeiras	4.485.420,65	4.569.252,77
681 Juros suportados	1.898.205,42	3.142.363,17
683 Amortiz.investim.em imoveis	2.003.514,10	1.426.735,60
684 provisões para aplicações financeir	583.564,79	0,00
688 Outros custos e perdas financeiras	136,34	154,00

Os juros suportados aumentaram 1,2m.e.. Este aumento deve-se:

- +0,7m.e em juros de mora e compensatórios. Destes destacam-se 0,8m.e pela estimativa de juros a pagar à Simtejo, cujo contrato está em negociação, prevendo-se a sua conclusão durante o 1º semestre de 2008.
- Aumento da taxa de juro indexada à Euribor a 6 meses e a 12 meses. Estes juros referem-se a empréstimos a Médio e Longo Prazo de habitação (PER e habitação social) e Investimentos Municipais contratados à CGD, BPI e Santander Totta.

Não se registam provisões para aplicações financeiras. No ano 2006 o valor que constava respeitava ao MARL, SA.

Custos e Perdas Extraordinários

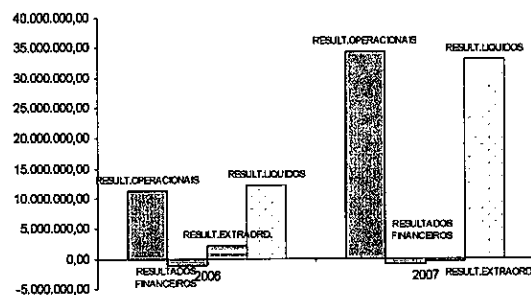
	2006	2007
69 Custos e Perdas Extraordinários	5.622.167,57	6.794.477,74
691 Transfer.capital concedidas	3.245.046,37	3.354.294,45
692 Dívidas incobráveis	161.512,72	11.941,09
693 Perdas em existências	8.304,91	49.566,13
694 Perdas em imobilizações	67.894,71	138.750,34
695 Multas e penalidades	164,50	759,10
697 Correções relativas exerc.anteriores	2.138.576,13	1.657.456,95
698 Outros custos e perdas extraordinários	558,23	581.709,68

Os custos e perdas extraordinários cresceram 3% em relação ao ano 2006. Destes destacam-se as transferências de capital concedidas, com um peso de 57,9% em relação ao total dos custos e perdas extraordinários. Destas transferências 68,7% destinam-se às freguesias.

As correcções relativas a exercícios anteriores diminuíram 0,5m.e. pois em 2006 registaram-se cerca de 2m.e. em restituições. No ano 2007 salientam-se:

- 0,5m.e. pela anulação do proveito referente ao acréscimo efectuado em 2006 referente a processos já arquivados por decisão do Departamento de Gestão Urbanística (caducado ou prescrito);
- 0,4m.e. pelo valor em dívida à Simtejo até 31.12.2007 – juros de mora;
- 0,2m.e de regularizações de amortizações de bens constantes nos protocolos I, II e III com a Lusoponte.

Demonstração de Resultados



O resultado liquido totaliza a 31.12.2007, 33,1m.e. face a 12,3m.e. apurado a 31.12.2006. Os resultados operacionais, nomeadamente os proveitos operacionais foram os que mais contribuíram para este resultado.

	2006	2007
PROVEITOS OPERACIONAIS	90.185.617,82	117.639.642,27
CUSTOS OPERACIONAIS	78.831.961,41	83.252.138,44
RESULTADOS OPERACIONAIS	11.353.656,41	34.387.503,83
RESULTADOS FINANCEIROS	-1.242.262,41	-937.778,30
RESULTADOS EXTRAORDINARIOS	2.141.543,98	-354.127,55
RESULTADOS LIQUIDOS	12.252.937,98	33.095.597,98

Os resultados operacionais aumentaram 23m.e devido particularmente ao acréscimo de 30% em proveitos operacionais face ao aumento de 5,6% dos custos operacionais.

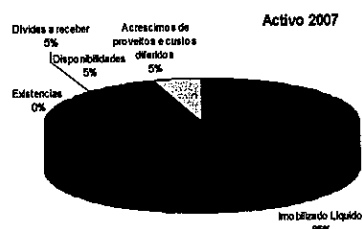
Os resultados financeiros aumentaram devido ao acréscimo de 11,9% em proveitos e ganhos financeiros face apenas +1,9% em custos e perdas financeiras.

Os proveitos e ganhos financeiros aumentaram 0,4m.e. face ao ano transacto. Destes sobressaem 0,3m.e. de acréscimos de proveitos de juros a receber da Simtejo.

Os resultados extraordinários diminuíram 2,5m.e., pois os proveitos e ganhos extraordinários apresentam uma diminuição de 2,3m.e. face a um aumento de 0,2m.e. em custos e perdas extraordinários. Dos 5,4m.e. de proveitos e ganhos extraordinários 2,3m.e. respeitam a outros proveitos e ganhos extraordinários/transferências de capital/orçamento de estado/smas/(Simtejo);

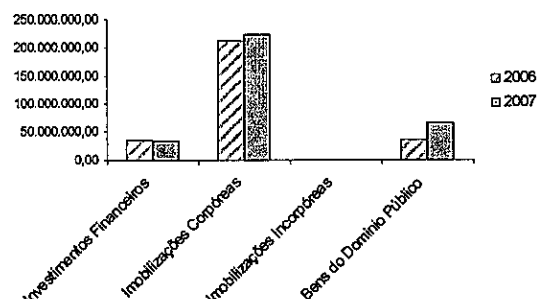
Activo

Estrutura do Activo	2006	2007	Comparação	%
Imobilizado Líquido	282.854.572,08	334.053.594,78	41.208.022,70	14,6%
Existências	314.251,87	237.943,80	-76.307,87	-24,3%
Dívidas a receber	28.423.912,14	20.533.620,33	-7.890.291,81	-27,8%
Disponibilidades	9.882.254,31	18.149.534,01	8.267.279,70	83,7%
Acréscimos de proveitos e custos diferidos	7.111.930,16	18.736.522,98	11.624.592,82	163,4%
Total	328.582.960,36	381.721.115,90	53.138.155,54	16,2%



O activo alcançou em 2007 381,7m.e, cerca de +16,2% em relação ao período homólogo.

Destaca-se o imobilizado que representa 84,9% do activo, nomeadamente as imobilizações corpóreas. Estas registam 223,4m.e. cerca de 58,5% do activo líquido.



	2006	2007	Comparação	%
Imobilizado Líquido				
Investimentos Financeiros	35.940.693,12	34.739.877,29	-1.180.815,83	-3,29%
Imobilizações Corpóreas	210.899.520,83	223.416.851,03	12.727.330,45	6,04%
Imobilizações Incorpóreas	188.930,41	188.930,41	0,00	0,00%
Bens do Domínio Público	38.035.374,92	65.687.876,00	23.652.501,08	62,31%
Imobilizado Líquido	282.854.572,08	334.053.594,78	41.208.022,70	14,6%

Os edifícios e outras construções representam 60% das imobilizações corpóreas líquidas. Destas evidenciam-se:

- Habitacões - representam 56,7% dos edifícios e outras construções. Estes respeitam sobretudo a bens que vieram à posse do Município de acordo com o protocolo I,II,III e IV com a Lusoponte.
- Escolas - representam 10% das imobilizações corpóreas líquidas. Destas destacamos 1,8m.e. - Escola EB1 de S. Julião do Tojal, ampliação do JI e construção do posto médico e rouparia e 1,2m.e. - Escola EB1 da Portela (proveniente da expropriação da Lusoponte nomeadamente do protocolo IV); 0,1m.e para a escola EB1/Ji de Montachique; +/- 0,1m.e. para a escola de Academia dos Saberes, Universidade Sénior.
- Parques e jardins, nomeadamente o Pavilhão de Macau e Parque da Cidade;
- Instalações desportivas e recreativas, Piscinas Municipais da Portela que registam em 2007, 3,1m.e., Piscinas de Sta Iria Azóia (construídas através de protocolo com a valorsul - 1,1m.e) e Piscinas Municipais de Loures com cerca de 1,5m.e..

	2007		2006	
	Activo Bruto	Amortizações	Activo Líquido	Activo Líquido
Imobilizações corpóreas	53.842.485,14		53.842.485,14	52.352.494,97
Terrenos e recursos naturais	152.731.595,27	18.597.829,20	134.133.766,07	115.990.609,29
Edifícios e outras construções	7.918.407,33	5.002.859,50	2.916.550,83	2.829.530,10
Equipamento básico	7.218.532,41	6.401.188,50	818.343,91	879.456,82
Equipamento de transporte	180.248,18	116.285,53	43.962,65	47.173,07
Ferramentas e utensílios	7.533.475,03	6.873.263,80	660.211,23	941.321,97
Equipamento administrativo				
Terras e vasilhame				
Outras imobilizações corpóreas	30.872.936,36	20.242.036,84	10.630.899,52	12.225.757,27
Imobilizações em curso	20.370.431,53		20.370.431,53	25.453.177,14
	280.850.111,25	57.233.260,17	223.416.851,08	210.589.520,83

Os bens de domínio público aumentaram 82,3% e representam 20,3% do total do imobilizado líquido.

	2007		2006	
	Activo Bruto	Amortizações	Activo Líquido	Activo Líquido
Imobilizado:				
Bens de domínio público	25.814.748,24		25.814.748,24	7.635.688,53
Terrenos e recursos naturais	3.348.387,87	197.238,09	3.151.150,28	2.757.439,06
Edifícios	20.485.975,86	2.534.905,18	17.951.070,78	13.576.221,27
Outras construções e infra-estruturas	6.304.805,42	866.910,77	5.437.894,65	5.516.704,72
Bens do património histórico, artístico e cultural				
Outros bens de domínio público	13.543.003,05		13.543.003,05	6.539.311,32
Imobilizações em curso				
Adiantamentos por conta de bens de domínio público	88.296.930,84	3.598.064,84	84.697.876,00	36.038.374,92

Os terrenos afectos ao domínio público registam +18m.e. em relação ao ano transacto. Estes incluem essencialmente cedências obrigatórias de infra-estruturas e parcelas de domínio público de alvarás de loteamento recepcionados definitivamente (processos do Departamento de Gestão Urbanística).

Os edifícios contemplam apenas os edifícios para instalação de serviços.

Das outras construções e infra-estruturas destacam-se os viadutos, arruamentos e obras complementares.

As imobilizações em curso aumentaram 7m.e.. Este aumento deve-se essencialmente pela transferência de imobilizações corpóreas/imobilizações em curso para bens de domínio público/imobilizações em curso.

	2007		2006	
	Activo Bruto	Amortizações	Activo Líquido	Activo Líquido
Investimentos financeiros				
Partes de capital	9.286.064,54	805.558,38	8.480.506,18	8.234.581,41
Investimentos em imóveis	40.059.825,62	13.780.456,71	26.279.369,11	27.706.104,71
	49.345.890,16	14.586.015,07	34.759.877,29	35.940.686,12

Os investimentos financeiros integram as partes de capital e os investimentos em imóveis.

As partes de capital integram a Simtejo, S.A, a Valorsul, S.A e o Marl, S.A..

Os investimentos em imóveis representam 81,2% dos investimentos financeiros (brutos).

Registam +/- 40m.e. (activo bruto) de investimentos em imóveis – terrenos, edifícios e outras construções que respeitam ao contrato de concessão com a Simtejo.

(bens que vieram à posse do Município, nomeadamente Etar de Frielas e Loures).

Dívidas de terceiros

	2006	2007	Comparação	%
Dívidas de Terceiros				
Administração Autárquica- MLP	8.803.686,05	4.882.771,50	-3.920.914,55	-44,54%
Clientes c/c	742.474,38	543.241,74	-199.232,64	-26,83%
Contribuintes c/c	343.744,28	322.582,11	-21.162,17	-6,16%
Utentes c/c	1.538.971,81	2.273.125,43	738.153,62	47,97%
Clientes, Contribuintes e Utentes de Cobrança Duvidosa	5.685,23	130.008,02	125.242,79	2,19%
Adiantamento a fornecedores de Imobilizado	4.482.159,50	578.861,27	-3.905.298,23	-87,13%
Estado e Outros Entes Públicos	872.183,65	752.515,89	-119.667,76	-13,72%
Administração Autárquica	3.072.080,06	708.394,47	-2.363.685,59	-76,91%
Outros devedores	8.570.917,08	10.342.202,10	1.771.285,02	20,67%
Total Dívidas de Terceiros	28.428.912,14	20.533.626,33	-7.895.285,81	-27,77%

As dívidas de terceiros diminuíram 27,8%, cerca de 7,9m.e. em relação ao ano 2006. Destas destacam-se:

- Os outros devedores (10,3m.e). Relativamente a estes há um aumento que se deve nomeadamente ao registo da dívida a 31.12.2007 das notas de comparticipação da EN115, beneficiação da Qta do Socouto – EN 8 (3ºtroço)- +/- 0,4m.e.; 0,5m.e. pelo registo da dívida a 31.12.2007 referente ao Quartel dos Bombeiros de Sacavém.
- Os utentes c/c incluem 3,3m.e. relativos ao montante em dívida da habitação social.
- As dívidas da Administração Autárquica nomeadamente os empréstimos a MLP para investimentos dos SMAS (4,9m.e.). Esta dívida diminui significativamente pois os SMAS efectuaram uma amortização extraordinária (2,7m.e.) relativa ao empréstimo contratado ao banco Santander Totta.

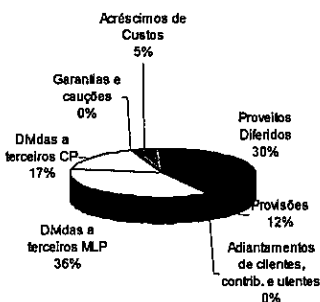
Os adiantamentos a fornecedores de imobilizado no ano de 2006 referem-se a pagamentos efectuados para obras em curso.

	2007	2006	Var.
Disponibilidades			
Outras aplicações de tesouraria	5.000.000,00	7.000.000,00	-2.000.000,00
Depósitos em Instituições financeiras	13.148.337,68	2.881.042,77	10.267.294,91
Caixa	1.196,33	1.211,54	-15,21
	18.149.534,01	9.882.254,31	8.267.279,70

As disponibilidades aumentaram 83,7% em relação ao ano transacto. Este aumento deve-se +10,3m.e. em depósitos em instituições financeiras.

Passivo

O passivo representa 37,2% do activo líquido. No ano transacto representava 46,5%.



O passivo é constituído essencialmente (95%) pelas dívidas a terceiros a CP, MLP, proveitos diferidos e provisões.

Estrutura do Passivo	2006	2007	Comparação	%
Provisões	15.466.000,00	17.727.417,47	2.229.417,47	14,4%
Adiantamentos de clientes, contrib. e utentes	303.056,50	303.056,50	0,00	0,0%
Dívidas a terceiros MLP	59.570.588,89	50.887.137,47	-8.689.451,42	-14,6%
Dívidas a terceiros CP	33.220.352,42	24.321.845,36	-8.898.407,06	-28,8%
Garantias e cações	313.684,69	305.235,06	-8.449,63	-2,8%
Acréscimos de Custos	5.243.880,88	8.418.354,03	3.174.473,15	60,5%
Provedos Diferidos	38.612.630,53	41.891.895,47	3.279.264,94	8,5%
Total	182.966.383,91	141.945.142,36	-11.023.251,65	-7,2%

O Passivo totaliza 141,9m.e, ou seja, -7,2% em relação ao período homólogo. Esta diminuição deve-se -8,9m.e. em dívidas a terceiros de curto prazo (CP) e -8,7m.e. de dívidas a terceiros a médio e longo prazo (MLP).

O maior peso no total do passivo são as dívidas a terceiros a MLP (35,8%), seguido dos proveitos diferidos (29,5%).

Dos 50,9m.e de dívidas a terceiros a MLP:

- 17,7m.e. respeitam a empréstimos bancários referentes a habitação;
- 29,1m.e. respeitam a empréstimos bancários para investimentos municipais;
- 4,1m.e. respeitam a empréstimos bancários de investimentos dos Serviços Municipalizados.

As dívidas à Simtejo têm uma expressão significativa no passivo pois totalizam cerca de 17,2m.e. (saneamento - recolha e tratamento de efluentes)

Os proveitos diferidos passaram de 38,8m.e. para 41,9m.e.. Este aumento deve-se essencialmente:

- +0,9m.e na construção do quartel dos bombeiros de Sacavém;

- +0,8m.e. para a requalificação da Av^a do Estado da Índia e envolvente (EN10);
- +0,5m.e. para requalificação do Palácio dos Marqueses da Praia.

Nesta rubrica estão incluídos 29,2m.e. relativos à Simtejo (subsídios para investimento).

As dívidas de CP diminuíram significativamente devido aos fornecedores de imobilizado c/c, pois no ano transacto o saldo era de 8,8m.e e no ano de 2007 apenas de 1,7m.e..

Por outro lado também se registou um decréscimo nos fornecedores – facturas em recepção e conferência (-5,9m.e. em relação ao ano transacto.)

Fundos Próprios

Fundos Próprios	2006	2007	Comparação	%
Património	126.723.385,43	136.389.072,09	9.665.686,66	7,63%
Reservas Legais	2.489.373,74	3.102.020,84	612.646,90	24,61%
Doações	11.561.471,02	11.583.160,00	21.688,98	0,19%
Reservas decorrentes transf. Activos	69.593.010,56	69.589.010,56	-3.999,00	-0,01%
Cedências	21.368.413,57	21.368.413,57	0,00	0,0%
Resultado Transitados	-46.991.592,28	-35.351.301,20	11.640.291,08	-24,77%
RL	12.252.937,98	33.095.597,98	20.842.660,00	170,10%
Total dos Fundos Próprios	175.624.566,45	239.775.973,64	64.151.387,19	36,53%

Os Fundos Próprios totalizam 239,8m.e., mais 36,5% em relação ao ano transacto. O resultado líquido representa 13,8% dos fundos próprios.

O património representa 56,9% do total dos fundos próprios e as reservas decorrentes de activos representam 29% do mesmo total.

Destes destacam-se:

- +21,4 m.e. em cedências. Estas respeitam essencialmente a bens para cedências obrigatórias de parcelas de domínio público de alvarás de loteamento recepcionados definitivamente (processos da DGU);
- +20,8m.e. em resultados líquidos;
- +11,6m.e. em resultados transitados. Durante o ano 2007 registou-se nesta conta 12,3m.e. pela transferência do resultado líquido do exercício de 2006.

Rácios

RÁCIOS		2006	2007
RENTABILIDADE LÍQUIDA DO ACTIVO	RESULTADOS LÍQUIDO/ACTIVO	3,7%	8,7%
ENDIVIDAMENTO	PASSIVO/ACTIVO	46,6%	37,2%
	CAPITAIS ALHEIOS/CAPITAIS PRÓPRIOS	33,9%	21,2%
ESTRUTURA DE ENOVIDAMENTO M.L.PRAZO	EMPRESTIMOS M.L.PRAZO/PASSIVO	38,9%	35,8%
SOLVABILIDADE	CAPITAL PRÓPRIO/PASSIVO	114,8%	188,6%
ESTRUTURA DE FINANCIAMENTO	ACTIVO/CAPITAIS PRÓPRIOS	187,1%	150,2%
LIQUIDEZ GERAL	(EXIST.+OISF+DIV.DE TERG.CP)/PASSIVO CP	38,3%	46,4%
AUTONOMIA FINANCEIRA	CAP.PRÓPRIO/ACTIVO LÍQ.TOTAL	53,4%	62,8%
GRAU DE COBERTURA DO IMOBILIZADO	CAP.PERMANENTES/IMOBILIZ.	83,2%	80,7%

Realça-se o aumento do grau de solvabilidade +54,1% em relação ao ano transacto devido ao acréscimo em +64,2m.e. em capitais próprios face a um passivo que decresceu 7,2%.

O aumento das disponibilidades em 8,3m.e e a diminuição de 4m.e. no passivo a curto prazo faz com a liquidez geral apresente um acréscimo de 8,1%.

Quanto à estrutura de financiamento esta diminui pois o activo apenas cresceu 16,17% face ao crescimento dos fundos próprios de 36,5%.

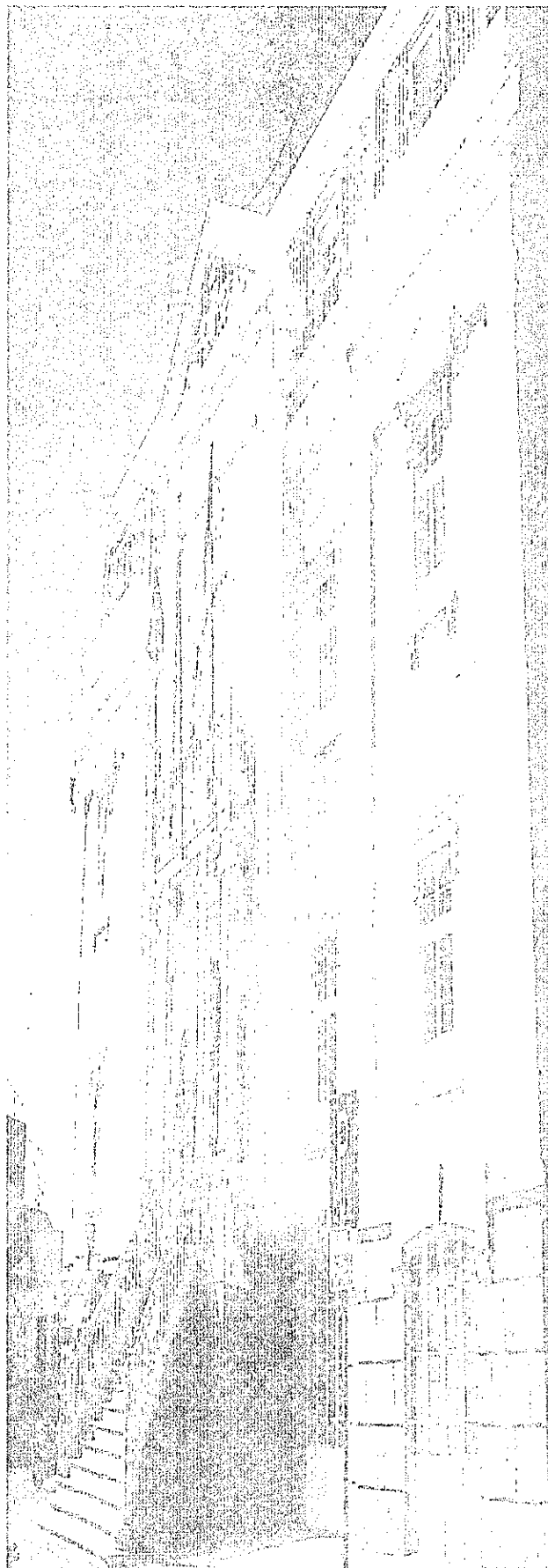
O grau de cobertura do imobilizado tem vindo a evoluir. Se não considerarmos os bens de domínio público alcançamos um rácio de 112,5% para 2007.

O endividamento também decresceu face à diminuição do passivo nomeadamente as dívidas a terceiros a MLP/capitais alheios.

Em relação à capacidade de solvência acrescenta-se que o activo de CP representa 72% do passivo de CP, ou seja este é superior em 20,6m.e..

Em relação á liquidez o somatório dos créditos sobre terceiros com as disponibilidades é superior em 10,5m.e. à dívida a fornecedores.

Contabilidade de Custos



Contabilidade de Custos

A contabilidade de custos encontra-se prevista no Ponto 2.8.3 – Contabilidade de custos do Decreto-Lei n.º54-A/99 de 22/2.

Esta autarquia tem vindo a implementar esta contabilidade desde 2005. No entanto só foi possível apresentar o apuramento dos custos por funções neste relatório de gestão pois houve preocupação em garantir a conformidade e fiabilidade dos dados. A comparabilidade ainda não é possível apresentar.

Durante o ano 2007 uma evolução bastante positiva ao nível desta contabilidade, nomeadamente na imputação correcta dos custos, sobretudo dos custos estruturais.

Apresentamos neste relatório não só o apuramento dos custos por funções como a demonstração de resultados por funções a 31/12/2007.

Os custos das funções, dos bens e dos serviços correspondem aos respectivos custos directos e indirectos relacionados com a produção, distribuição, administração geral e financeiros. de acordo com o Ponto 2.8.3.2 do mesmo diploma.

Esta demonstração de resultados por funções resulta da imputação dos proveitos e custos (directos e indirectos) às funções. Estas funções são as que consta no Ponto 10.1 do Decreto-Lei n.º54-A/99 de 22/2.

A demonstração de resultados por funções foi elaborada através do balancete de proveitos da classe 7 – proveitos e classe 6 – custos e balancete analítico por centro de custos a 31/12/2007.

O somatório das receitas de capital mais o resultado líquido é superior em 13,1m.e. às despesas de capital.

Descrição	Custos por Funções													TOTAL
	Funções Gerais			Funções Sociais					Funções Econômicas					
	Serviços Gerais de Administração	Segurança e Ordem Pública	Educação	Saúde	Habitação e Serviços Coletivos		Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos			Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	Transportes e Comunicações	Comércio e Turismo	Outras Funções Econômicas	
					Habitação	Ordenamento do Território	Cultura	Desporto	Ativ. Cívicas e Religiosas					
VENDAS E PREST. DE SERVIÇOS	62.746,63	115.591,21	1.491.050,60	18.023,09	1.378.564,99	173.381,30	159.344,18	222.497,61	101.443,91	134.857,34	27.523,45	48.969,34	32.034,25	3.992.802,48
IMPOSTOS E TAXAS	2.179.798,40	4.013.602,95	15.154.399,15	556.637,62	7.491.031,70	32.267.034,07	5.535.556,93	5.012.092,28	3.748.697,05	4.864.982,94	936.156,23	1.701.179,63	1.112.659,70	86.187.723,56
PROVENTOS SUPLEMENTARES	6.846,62	22.612,77	47.599,06	1.749,26	23.066,95	18.640,37	17.386,63	11.837,25	15.762,66	14.715,00	3.003,23	5.343,36	3.495,40	184.719,15
TRABALHOS VIA PROD. EMPRESA	20.550,94	36.937,03	309.115,63	5.120,24	84.271,03	55.468,60	112.968,50	46.103,81	53.138,68	43.094,20	8.795,23	263.970,81	10.236,67	1.066.187,18
OUT. PROVENT. E GANHOS OPER.	156.798,24	284.832,22	1.090.093,41	40.040,28	524.727,62	413.764,33	386.187,02	360.531,70	271.991,70	336.996,51	66.778,68	122.379,06	54.076,94	4.230.359,40
PROVENTOS E GANHOS FINANC.	134.600,61	267.859,84	933.770,66	34.371,64	453.876,53	372.257,62	341.816,34	209.493,81	232.713,69	289.188,53	59.041,40	105.046,33	68.718,10	3.831.474,47
TOTAL PROVENTOS	25.841.912,46	47.217.846,22	19.027.465,84	78.183,45	8.840.564,81	28.521.116,92	8.888.399,34	6.440.922,97	6.801.382,76	11.232.396,57	2.246.879,17	2.086.118,61	2.267.289,46	25.841.912,46
CUST. MERC. E VEN. MATER. CONS.	92.481,52	166.970,23	649.164,20	23.512,57	305.900,41	285.511,78	263.326,26	218.648,20	164.756,23	200.871,11	42.728,19	72.176,55	36.120,29	2.559.386,28
FORNEC. E SERVIÇOS EXTERNOS	1.618.830,01	1.465.104,13	6.514.376,13	293.668,33	3.046.532,54	2.393.854,97	2.559.772,31	2.428.332,55	1.922.563,83	547.038,98	610.180,84	791.977,66	479.655,48	28.806.485,77
CUSTOS DE PESSOAL	358.105,26	1.097.170,46	4.440.623,00	314.755,33	3.173.216,44	4.168.991,87	3.491.575,95	2.159.084,79	1.437.244,37	3.030.322,00	501.880,34	1.297.229,39	616.139,53	27.706.402,93
OUT. CUSTOS E PERDAS OPER.	1.540,55	2.742,41	10.570,00	383,66	5.346,51	15.616,93	3.875,84	2.609,03	3.308,73	654,75	1.391,00	6.406,53	897,49	56.981,08
AMORTIZAÇÕES	287.850,34	493.431,10	1.862.146,70	68.384,72	903.187,81	746.976,97	680.202,12	615.877,49	483.091,81	117.481,04	209.018,39	92.376,61	136.746,52	7.226.502,58
PROVISÕES	92.087,51	169.842,67	640.210,95	23.515,62	1.777.452,36	254.749,40	233.854,92	311.739,87	197.937,82	40.393,66	71.667,83	31.759,34	47.813,74	3.981.437,72
CUSTOS E PERDAS FINANCEIRAS	169.358,27	311.992,11	1.177.402,58	43.247,86	571.001,87	468.513,89	430.065,70	395.413,81	383.993,21	74.388,53	132.173,10	58.409,03	85.463,60	4.569.252,77
TOTAL CUSTOS E PERDAS	25.810.297,56	47.283.396,29	19.026.954,16	78.797,86	8.877.717,86	28.513.334,34	8.894.665,30	6.439.704,15	6.801.382,76	11.232.396,57	2.246.879,17	2.086.118,61	2.267.289,46	25.810.297,56
RESULTADO LÍQUIDO	330.614,90	934.450,93	0.000.000,00	0.000,00	0.000,00	0.000,00	0.000,00	0.000,00	0.000,00	0.000,00	0.000,00	0.000,00	0.000,00	330.614,90
TRANSF. E SUBSÍDIOS CRÉDITOS	552.805,45	1.589.555,81	5.922.334,11	213.599,56	2.872.982,95	2.356.974,46	2.163.635,70	1.690.045,41	1.432.045,25	373.727,37	664.930,44	293.841,51	434.977,16	22.986.739,32
TRANS. SUB. CON. CONC. PRAT. SOC.	378.517,60	2.047.432,32	4.358.040,50	78.490,33	99.634,51	813.404,05	750.737,25	886.750,56	911.931,20	129.672,82	230.712,22	166.954,76	276.664,68	12.842.141,87
TOTAL TRANS. E SUBSÍDIOS	931.323,05	3.636.988,13	10.280.374,61	292.089,89	2.972.617,46	3.170.378,51	2.914.271,40	2.576.796,97	2.343.976,45	503.100,29	895.642,66	460.796,27	711.641,84	33.828.881,19
PROVENTO E GANHOS EXTR.	201.446,45	373.171,27	1.401.387,88	51.402,83	678.957,19	557.831,97	512.078,66	463.652,05	348.638,83	46.451,41	157.371,01	69.544,33	102.947,20	8.440.350,19
CUSTOS E PERDAS EXTR.	386.857,25	614.590,10	1.070.691,63	39.119,86	613.916,81	467.983,37	398.170,72	363.645,30	352.518,67	67.482,59	123.222,53	54.651,65	80.543,69	5.793.755,46
RESULTADO LÍQUIDO	724.912,25	731.752,47	0.000.000,00	0.000,00	0.000,00	0.000,00	0.000,00	0.000,00	0.000,00	0.000,00	0.000,00	0.000,00	0.000,00	724.912,25

Análise à demonstração de resultados por funções

Os proveitos totalizaram 126.711.466,93€ e os custos 93.615.868,95€ sendo o resultado líquido de 33.095.597,98€.

	31-12-2007
PROVEITOS	126.711.466,93
PROVEITOS DIRECTOS	29.193.774,94
PROVEITOS INDIRECTOS	97.517.691,99
CUSTOS	93.615.868,95
CUSTOS DIRECTOS	32.206.750,03
CUSTOS INDIRECTOS	61.409.118,92
RESULTADO LÍQUIDO	33.095.597,98

A função Ordenamento do território totaliza um proveito de 36,2m.e. Destes 26,2m.e. são proveitos directos da função. Os loteamentos e obras geridos pelo Departamento de Gestão Urbanística são os que apresentam maior relevância material. Esta função é a única que apresenta um diferencial relevante entre o total de proveitos (36,2m.e) e o total de custos (9,6m.e.). Ou seja esta função contribui em 26,6m.e. para um resultado líquido total de 33,1m.e.

A função Educação representa 25,7% do total dos custos. Destes 8,3m.e. são custos directos (4,8m.e. respeitam a fornecimentos e serviços externos), ou seja representam 25,8% do total dos custos directos.

A função habitação apresenta um total de proveitos directos de 1,3m.e. sendo 1,2m.e. relativos a rendas de habitação social. Esta função representa 12,5% do total dos custos. Esta função apresenta 4m.e. de custos directos sendo 1,5m.e. relativos a provisões para cobranças duvidosas e 1,4 a custos com o pessoal (conta 64).

Do total de custos 6,8% respeitam à função Segurança e ordem pública. As transferências, subsídios correntes concedidos representam 68,3% do total dos custos directos e 23,5% do total dos custos desta função. A Protecção civil e luta contra incêndios é a sub-função com maior expressão.

Do total dos custos 8,5% referem-se à função Cultura. Destes destacam-se os custos com pessoal (conta 64) que representam 35,8% do total dos custos da função.

A função Protecção do Meio Ambiente e conservação da natureza representa 9,4% do total dos custos. Os custos com o pessoal totalizam 3,5m.e. e os fornecimentos e serviço

externos totalizam 2,5m.e face a um total de custos de 8,8m.e..